

**ENTREVISTA**  
Ministra Matilde Ribeiro, da  
Secretaria Especial de Políticas de  
Promoção da Igualdade Racial, fala  
dos avanços no combate ao preconceito

# Mátria

*A emancipação da mulher*

## **REALIDADE**

Acompanhamos 24 horas na vida de duas professoras das redes pública e privada

## **EXPLORAÇÃO**

Campanha combate tráfico de mulheres para o exterior

## **FUNDEB**

Senado frustra sociedade e atrasa aprovação do Fundo

## **DOMÉSTICAS**

Em Salvador, elas se organizam por um futuro melhor





# Índice



**Foto da capa:** "A coluna quebrada"  
**Autora:** Frida Kahlo

Coleção da Fundação Dolores Olmedo, Cidade do México.  
Disponível em: <http://cgfa.sunsite.dk/kahlo/>

## EDITORIAL

01



Com licença,  
eu vou à luta!

Diretoria da CNTE

## ARTIGOS

13



Meninas más  
vão à luta

Por: Juçara Dutra Vieira

37



Educação e imagem das  
mulheres nos livros didáticos

Por: Odisséia Pinto de Carvalho

47



Marcha Mundial  
das Mulheres

Por: Nalu Farias

## ENTREVISTA

23



"Mulheres negras são guerreiras"

Com: Matilde Ribeiro

### Projeto gráfico, redação e edição:

Fundamento Comunicação e Marketing  
[fundamento@fundamento.inf.br](mailto:fundamento@fundamento.inf.br)  
SHC/AOS Lt. 05 - Torre A - Sala 331 - Terraço Shopping  
Fone: (61) 3361-8104 CEP: 70.660-000 - Brasília-DF

**Jornalista Responsável:** Marcelo Maiolino - Mtb: 14.896

**Reportagem:** Luciana Moretti e Lara Vítor (Brasília),  
Marcia Gomes (Salvador), Alda de Almeida (Rio de  
Janeiro), Cristiane Mota (Manaus), Maísa Cardoso e  
Carolina Skorupski (Goiânia), Kate Melody e Nancy Perret  
(São Paulo).

**Fotografia:** Sidney Murrieta, Roberto Fleury / UnB  
Agência, Roosevelt Pinheiro / Agência Senado e Jaciara  
Aires / Seppir (Brasília), Haroldo Abranches (Salvador),  
Gabriel Andrade (Rio de Janeiro), Antônio Carlos  
(Manaus), Marina Moreira (Goiânia).

**Editoração Eletrônica:** Noel Fernández Martínez

**Revisão:** Beto Cordeiro

## REPORTAGENS

TRABALHO 02



Preconceito  
em alta no mercado

TRABALHO 04



"Um belo dia resolvi mudar e  
fazer tudo que eu queria fazer"

TRABALHO 06



Arrimos de família  
são 12 milhões

REALIDADE 08



Salários baixos levam professores à  
sobrecarga de trabalho para garantir o sustento

LEGISLAÇÃO 14



Legislação consolida conquistas  
das mulheres na sociedade brasileira

LEGISLAÇÃO 16



Aborto legal  
tramita há dez anos

JUSTIÇA 18



Nações Unidas e Ministério da Justiça  
se unem para combater o tráfico de mulheres

SOCIEDADE 28



Mulheres índias vão à luta para  
defender seus direitos e sua cultura

IGUALDADE 30



Somos diferentes,  
mas não desiguais

RETRATOS 32



Cinema mostra que a mulher  
vem ampliando espaço de atuação

EDUCAÇÃO 34



Senado atrasa votação do Fundeb  
e frustra trabalhadores em educação

SAÚDE 38



Prevenção ainda  
é o melhor remédio

CAPACITAÇÃO 40



Federação oferece cursos de qualificação  
para trabalhadoras domésticas da Bahia

TABUS 44



Elas semearam sonhos e, agora,  
colhem o desafio de governar seus países

TABUS 46



Rose Marie Muraro,  
uma vencedora

Esta edição foi fechada em Brasília, dia 15 de fevereiro de 2006, às 13h  
Confira também a versão eletrônica no site  
[www.cnte.org.br/matria](http://www.cnte.org.br/matria)  
A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo  
desta revista com a devida citação da fonte.

# Com licença, eu vou à luta!

Em pleno século XXI, mulheres ainda precisam batalhar para ter espaço e direitos assegurados

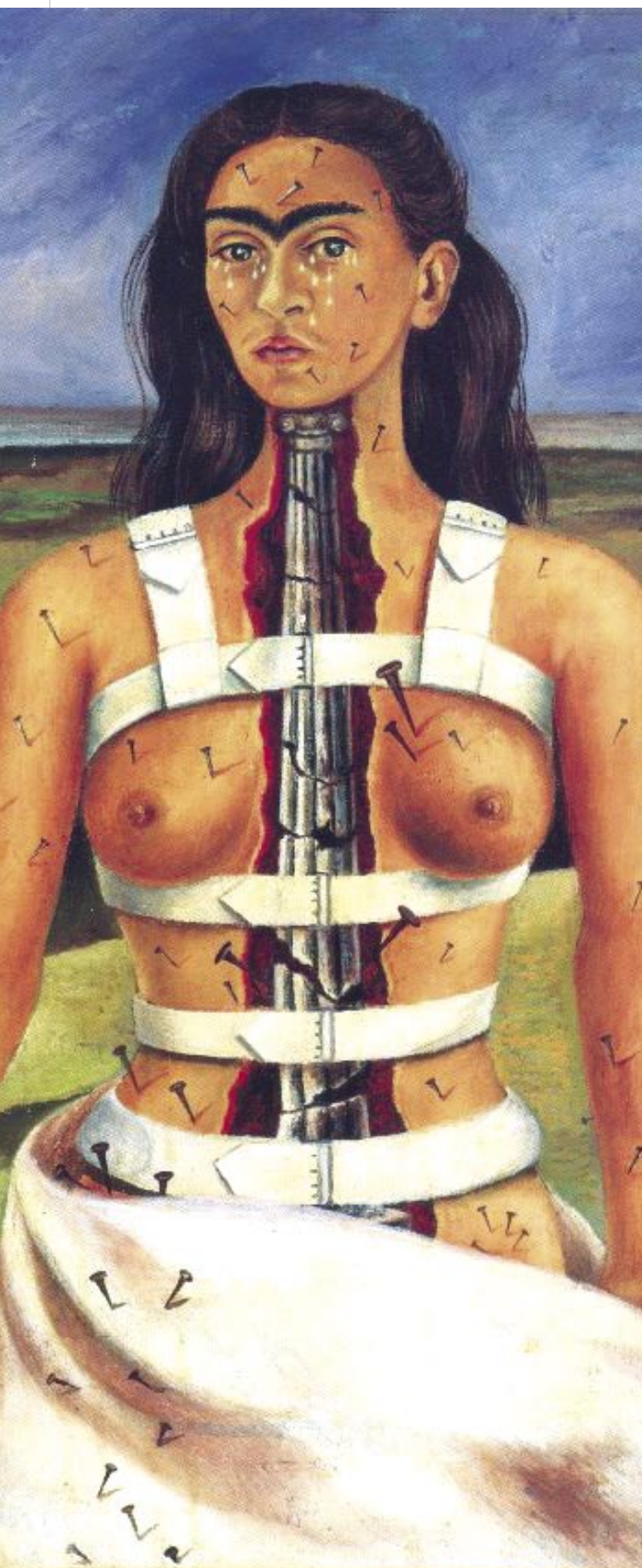
**E** espaço existe para ser ocupado, dizia o velho político, remanescente dos coronéis do sertão. Mas, no caso das mulheres do Brasil de hoje, o espaço precisa ser conquistado, com muita luta, contra o preconceito de gênero e de cor e contra as dificuldades econômicas e sociais. Neste quarto número, a revista *Mátria* aborda a luta das mulheres para ocuparem um espaço justo na sociedade; seja no mercado de trabalho, seja no âmbito das políticas sociais ou mesmo na vanguarda artística. Por isso, a Direção Executiva da entidade optou por homenagear na capa, a pintora mexicana Frida Kahlo (veja texto na página 3), cuja vida foi exemplo de superação e de luta e, portanto, um exemplo para todas.

No seu quarto ano de vida, a *Mátria* desponta como uma publicação madura, ansiosamente aguardada pelo seu público e que, a fim de retratar melhor a realidade da mulher se sente, já, capaz de alçar vôos mais ousados do ponto de vista editorial. Do Norte do País, por exemplo, trazemos uma reportagem sobre a organização das mulheres indígenas; da industrializada e rica São Paulo, mostramos a bem-sucedida experiência de uma ONG que trabalha na qualificação de educadores para o enfrentamento do preconceito racial nas escolas. Em Goiânia, acompanhamos o dia-a-dia de duas professoras, que atuam em escolas diferentes e vivem realidades distintas.

Assim como o universo feminino, a *Mátria* procura ser rica e diversificada, democrática e plural. Afinal, a emancipação pressupõe justiça e igualdade, conquistas que só se dão quando os diferentes espaços do ser e do agir são respeitados e estimulados.

Boa leitura,

**Direção Executiva da CNTE**



# Preconceito em alta no mercado

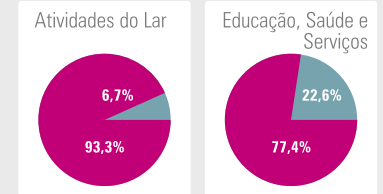
Apesar de representarem a metade da força de trabalho do País, mulheres ocupam pouco mais de 20% dos cargos de chefia. Para especialista, maior obstáculo está na cabeça das pessoas

Fotos: Sidney Murrieta

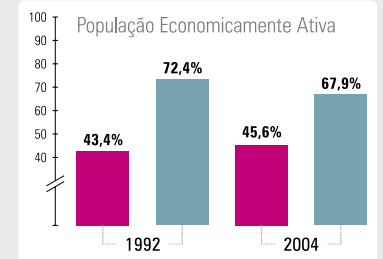


*Nos escritórios de todo o País, cresce cada vez mais o número de mulheres. Mas, infelizmente, ainda são poucas as que conseguem vencer o preconceito*

## Perfil do Mercado



Legenda: Mulheres Homens



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O preconceito é o maior entrave para que as mulheres alcancem cargos de chefia. Segundo a antropóloga e chefe do Núcleo de Estudos da Mulher da Universidade de Brasília, Lia Zanotta, está no inconsciente coletivo que o sexo feminino é voltado para atividades do lar. “A idéia geral da sociedade é a de que o homem tem mais autonomia, saber e poder de decisão. Já a mulher teria mais habilidade para as funções de gestora da casa, do marido e da família”, afirma.

A pesquisa Melhores Empresas para se Trabalhar da revista “Você S.A”, da Editora Abril, revelou que, em 2005, apenas 23% dos cargos de maior poder de decisão estavam

em mãos femininas. Esse percentual, apesar de refletir um aumento, frente aos 21%, de 2003, e 22%, observados no ano seguinte, ainda é pequeno se comparado à participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que as mulheres representam 45,6% da força de trabalho.

Outro dado preocupante é que as mulheres ainda ocupam posições mais vulneráveis que as dos homens na disputa pelos melhores postos de trabalho. Ainda segundo a PNAD, a maioria delas trabalha no lar ou está empregada em atividades que, conforme o preconceito

da sociedade, seriam mais “adequadas” às supostas habilidades femininas. A pesquisa aponta que, em 2004, das pessoas que exerciam atividades do lar 93,3% eram mulheres; enquanto que nos setores de Educação, Saúde e Serviços, a força de trabalho feminina ocupava 77,4% do espaço.

A boa notícia para as mulheres é que o número de trabalhadoras no mercado formal (com carteira assinada) cresceu. Segundo a Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, entre 1992 e 2002, as empresas abriram quase três milhões de novos postos de trabalho para os homens e três milhões e meio para as mulheres, o que representa um avanço de cerca de 15% a mais para as mulheres.



## Laboratório de Brasília é ilha de igualdade de gêneros

Algumas empresas são ilhas de igualdade de gêneros cercadas por um mar de preconceito. No Laboratório Sabin, de Brasília, classificado como uma das 50 melhores para a mulher no *ranking* da “Você S.A”, dois terços dos cargos de chefia são ocupados por mulheres. A empresa mantém, na sede, um salão de beleza, massagista e nutricionista e ainda oferece sessões diárias de música. Isso para não mencionar as vantagens financeiras, a cada cinco anos, e o auxílio-babá para as mães.

A gerente de qualidade do laboratório, Sandra Regina Leite, afirma que no Sabin não existe

discriminação. “Nossos funcionários são tratados de forma igual, o que vale é a competência”, conclui.

Já a gerente de Recursos Humanos da instituição, Marli Vidal, diz que as mulheres têm qualidades que as diferenciam. “Elas são mais criativas, pró-ativas e conseguem administrar várias ações ao mesmo tempo”, explica.

Para a funcionária, Licia Conti, a empresa é excelente. “Eles valorizam as mulheres como profissionais. Oferecem cursos, treinamentos e benefícios específicos para nós, trabalhadores”, afirma.



Para Marli Vidal, gerente de Recursos Humanos, mulheres são mais criativas e pró-ativas, o que as diferencia dos homens

## Pintora mexicana, Frida Kahlo é exemplo de superação

Frida Kahlo, 1907-1954, pintora mexicana, dizia ter nascido junto com o México. Sua vida, apesar de marcada por tragédias, revela um profundo sentimento de independência, rebeldia, paixão e sensualidade. Orgulhosa de sua “mexicanidade”, sempre lutou contra a americanização do seu país.

Aos cinco anos teve pólio e aos 18 anos sofreu um acidente de ônibus que perfurou o seu estômago à sua pélvis. Teve que se submeter a 32 cirurgias e inúmeros coletes e sistemas mecânicos, como o que retrata o quadro “A Coluna Quebrada”, de 1944.

Frida casou-se, duas vezes, com Diego Rivera (o maior pintor mexicano) e teve ainda vários amantes entre os maiores intelectuais da época como Leon Trotsky e a mulher de André Breton.

Na madrugada de 13 de julho de 1954, Frida, com 47 anos, foi encontrada morta em seu leito. No diário, escreveu: “Espero alegre a minha partida – e espero não retornar nunca mais”. O filme “Frida”, de 2002, ganhou dois Oscars (maquiagem e trilha sonora). Fizem parte do elenco Salma Hayek (Frida Kahlo) e Alfred Molina (Diego Rivera), entre outros.



Uma das pinturas mais conhecidas da artista, “A Coluna Quebrada”, retrata sua tragédia pessoal

# “Um belo dia resolvi mudar e fazer tudo que eu queria fazer”

Vencer, em uma sociedade machista, muitas vezes exige luta contra a falta de apoio

**A**llene Resende, Jordana Saldanha e Walquíria Pereira são três mulheres de origens completamente diferentes, mas cujas histórias de vida têm, em comum, exemplos de superação e sucesso. Allene, do interior do Tocantins, deixou a vida de empregada doméstica para virar professora; Jordana, de Goiânia, lutou contra todos para tornar-se uma atleta campeã, enquanto a brasiliense Walquíria largou uma vida estável para realizar o sonho de se tornar uma bem-sucedida empresária.

Conseguir uma posição de destaque, em uma sociedade machista, é uma tarefa difícil. Nossa cultura acredita que o homem tem mais poder de decisão. Essa opinião é formada a partir da crença de que ele tem mais capacidade no espaço público, o que não é verdade. A prova está no caminho traçado por essas mulheres de fibra. Allene precisou fugir de casa quando tinha cinco anos para conseguir estudar e Jordana teve que praticar artes marciais escondida dos pais. Walquíria foi a exceção que confirma a regra: precisou – e obteve – o apoio de outra mulher, a mãe, quando decidiu abandonar o magistério para abrir uma pequena empresa.

Allene e Jordana continuam a lutar, seja no sentido figurado ou literal, por uma sociedade justa com igualdade de gêneros, da mesma forma que Walquíria, na condição de empresária, dia após dia, prova que é capaz. “Ela dirige a empresa com competência e, além de tudo, é companheira e amiga”, declara Giovane Costa, gerente comercial da Flor Brasil, empresa fundada por Walquíria.

## Allene fugiu de casa para estudar. Hoje, é professora



A vida de Allene, 32 anos, sempre foi uma batalha. Aos 5 anos, saiu de Pium, na Ilha do Bananal, em Tocantins, porque seu pai não permitia que ela estudasse. Aos 15 anos, engravidou e teve que deixar os estudos na 7ª série. Com 19, dificuldades financeiras para criar o filho a levaram para Brasília, onde trabalhou como doméstica durante o dia e à noite estudava em uma escola pública. Terminou o Ensino Médio com 24 anos. Mas ela só conseguiu começar o curso de Letras, seu grande sonho, com 28 anos. Hoje, aos 32, conclui os estudos e dá aulas em uma escola pública de Águas Lindas, no estado de Goiás.



## Kung Fu quebra oposição dos pais e leva Jordana ao pódio

Jordana Saldanha, de 25 anos, sempre praticou esportes. Aos três anos, fazia jazz, ballet e natação. Aos 15, descobriu sua verdadeira paixão: o Kung Fu, que começou a treinar escondida dos pais, pois achavam o esporte “coisa de menino”. Já no primeiro mês, participou de uma competição e ficou em 2º lugar. Desde então, Jordana acumula 20 títulos nacionais e dez internacionais. Mas as dificuldades foram muitas; a principal foi a luta para viver do esporte. Hoje, ela é patrocinada por uma multinacional e assim pode se dedicar exclusivamente ao Kung Fu. A próxima meta é competir em uma Olimpíada.



Divulgação

## Da profissão estável ao desafio de fundar uma empresa



Walquíria Pereira sempre teve uma vida estável, mas decidiu largar tudo para ser empresária. Ela deixou o magistério e abriu uma pequena confecção junto com a mãe, que era costureira. Com o trabalho das duas mulheres, a micro-empresa conseguiu um contrato ao fornecimento de uniformes para o Hospital Sarah Kubitschek. Em 1997, foi eleita presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Brasília. No ano de 2001, deu mais um passo na carreira, conseguiu a Presidência de um consórcio de oito micro-empresas que exportam anualmente 15 mil roupas de banho. O faturamento é de US\$ 250 mil por ano.

# Arrimos de família são 12 milhões

Maioria das mulheres que sustentam casa e filhos é negra ou parda e 53% delas ganham até três mínimos. Além das dificuldades financeiras, sofrem com ausência dos maridos

Fotos: Sidney Murrieta

**M**ais de 12 milhões de brasileiras sustentam sozinhas a casa e os filhos, segundo dados de 2002, os últimos sobre o assunto, coletados pela Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, para traçar o perfil do trabalho das mulheres no Brasil. A análise foi baseada em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse contingente representa 25,5% do total de residências mantidas por apenas um dos cônjuges. As estatísticas mostram, ainda, que a maioria das mulheres chefes de família, 43,7%, é negra ou parda e que 53% dos lares são mantidos com até três salários-mínimos.

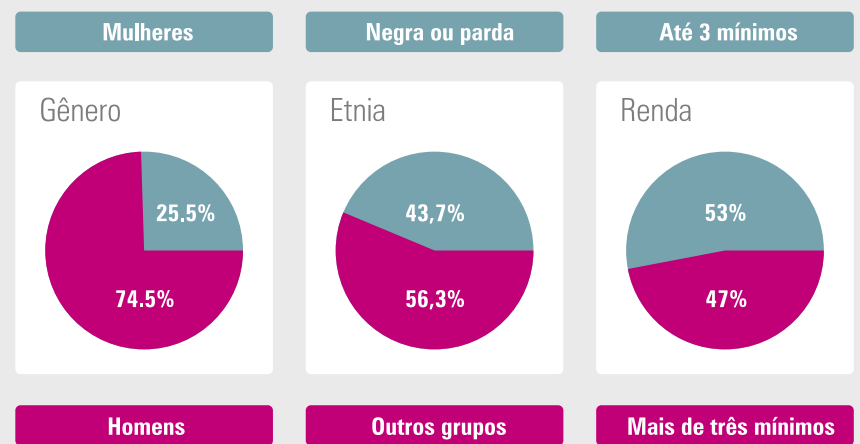
Para a antropóloga Ana Lúcia Leite, da UnB, estudiosa da população negra, a mulher negra e pobre tem mais dificuldades para sustentar sozinha uma família. “Além de enfrentar a dupla jornada, no trabalho e em casa, a negra tem que superar o preconceito de gênero e de raça no mercado de trabalho. Tudo para ela – conseguir emprego, sustentar os filhos – é mais difícil”, afirma.

Segundo ela, até os anos 70, quando a mulher completava 25 anos, muitas vezes, deixava de trabalhar para cuidar da casa e das crianças. A partir da década de 80, esse quadro mudou, o trabalho e



Para a professora Luzia Milhomem, maior dificuldade foi fazer com que os filhos a obedecessem longe da figura paterna

## Lares com um só cônjuge



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



a família passaram a ter o mesmo grau de importância, tanto que o percentual de pessoas do sexo feminino na população economicamente ativa (PEA) cresceu. Em 1970, elas eram 18% e agora somam quase 50%.

A professora Luzia Milhomem teve que se desdobrar em mil mulheres para conseguir trabalhar e ser arrimo de uma família grande. Ela criou sozinha dez filhos, o ex-marido ajudou apenas com uma pensão. A maior dificuldade foi a de conseguir que os filhos a obedecessem. “Durante uma época, meus filhos não quiseram estudar e foi difícil convencê-los a voltar para a escola. Mas, graças a Deus, hoje, todos estudam”, diz, aliviada.

Sandra Mendonça, também professora, integra as estatísticas das mulheres provedoras do lar. Depois da morte do marido em um acidente de carro em junho de 1994, criou sozinha duas filhas, Daniela e Priscila, então com 4 e 5 anos. “Hoje, elas estão criadas, mas foi muito difícil sem a figura do pai que é muito importante e o meu marido ajudava na educação delas”, explica.

As chefes de família têm muitas semelhanças, mas também várias diferenças. Algumas encaram a perda do marido como um fato negativo para a criação dos filhos, como Sandra, e outras já acham a situação benéfica como Luzia. “Quando meu ex-esposo saiu de casa, foi mais fácil criar meus filhos, porque as brigas terminaram. Dei muito amor para todos e hoje eles estão encaminhados”, conta.



*Ao lado da filha Priscila, Sandra Mendonça, também professora, diz que o marido a ajudava na educação*

A antropóloga Ana Lúcia Leite explica que as realidades e prioridades das mulheres arrimo de família podem ser totalmente diferentes. “Uma mulher branca e rica pode se preocupar com a educação dos filhos. Já uma branca e pobre deve pensar em garantir a alimentação. E a negra tem que pensar na sobrevivência da família”, conclui.

As diferenças entre essas mulheres não param na classe social ou cor da pele. Existem estados em que elas representam 40,7% da população, como é o caso do Amapá, e em outros são apenas 20,1% do segmento como acontece no Mato Grosso. O Distrito Federal, onde Luzia e Sandra residem, tem um número expressivo de chefes de família, elas são 29,9%

da população.

Uma mulher que sustenta a casa sozinha tem uma sobrecarga de atividades; além de trabalhar um dia inteiro fora de casa, ela tem que cuidar dos afazeres domésticos, da família e dos filhos. Só com o trabalho doméstico elas gastam 20 horas semanais, mais 40 no trabalho e o restante para cuidar dos filhos. Para a psicóloga Estela Mendes, que já atendeu em seu consultório mulheres arrimo de família, a principal dificuldade delas é a de preencher a ausência do pai. “Mesmo se desdobrando em várias, para trabalhar e criar os filhos, a falta do pai pode criar dificuldades na cabeça dos filhos e a mulher tem que aprender a ser *pãe*”, afirma.

# Salários baixos levam professores à sobrecarga

Profissionais das redes pública e privada se vêem forçados a assumir jornadas de até 70 horas semanais

GOIÂNIA

**N**a tentativa de alcançar uma remuneração condizente com a importância de sua atuação e para garantir a subsistência da família, um número cada vez maior de professores das escolas de Goiás vem assumindo, ao longo da última década, exaustivas cargas-horárias. A realidade é constatada pelos sindicatos representantes da categoria, tanto na rede pública quanto nas escolas particulares.

No sistema estadual de ensino, vencimentos como o de R\$ 672,92 para o professor com formação em nível superior e de R\$ 478,00 para o de nível médio, ambos correspondentes a 30 horas aula semanais, têm forçado os educadores a multiplicarem suas jornadas, inclusive, em distintas redes, na busca pela superação das necessidades financeiras, como aponta o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), representante de todos os profissionais das escolas públicas.

Para cumprir sua missão, a categoria também precisa superar a precariedade das condições de funcionamento a que vêm sendo expostas as unidades de ensino estaduais, principalmente. Os recursos didáticos não acompanham a evolução tecnológica. A estrutura física carece de reforma. Faltam bibliotecas, laboratórios de informática e quadras poliesportivas. Na era digital, o mimeógrafo é o equipamento à disposição para reprodução do material impresso em boa parte das escolas.

## Marlene Stival

professora das redes estadual e municipal

Com graduação em Pedagogia, 54 anos de idade, viúva, mãe de três filhos adultos, com os quais mora, 24 anos de atuação na Rede Estadual e, há 13 anos, também na Rede Municipal de Goiânia, a professora Marlene Stival da Silva representa bem o perfil dos sobrecarregados educadores. Em 2006, assumiu uma jornada de 40 horas semanais no Estado e outras 30 horas na Prefeitura. A sobrecarga empurra as atividades extraclasse para o horário que deveria ser reservado ao descanso, comprometendo a vida pessoal e atribulando as obrigações domésticas. “As compras da casa faço após as 22h00”, revela Marlene, contando, ainda, que o lazer e o convívio com a mãe, os filhos e irmãos fica restrito a raras tardes de domingo.





# recarga de trabalho para garantir o sustento

mais. Trabalho extra-classe invade horário de lazer e de convívio familiar

Fotos: Marina Moreira

Em relação às escolas particulares de Goiânia, uma pesquisa realizada em 2005, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) a pedido do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro) – representante dos docentes do ensino privado – confirma a direta relação entre o tamanho do estabelecimento de ensino e o rendimento dos professores. Ou seja, as escolas maiores são as que pagam melhor.

Nesse patamar, destacam-se os colégios católicos e os mais renomados do seguimento pré-vestibular de Goiânia. Esses, sustentam média salarial de R\$ 1.800,00 para o professor com nível superior e carga horária semanal de 20 horas aula. Há ainda na capital outras escolas de pré-vestibular e preparação para concurso com remuneração entre R\$ 1.500,00 e R\$ 4.500,00, ou mais, por uma semana de ocupação em três períodos, dependendo do peso da disciplina na seleção e o prestígio do professor.

Esta constatação, entretanto, limita-se à realidade de 10% da categoria apenas, conforme os dados do sindicato. Contrariando, portanto, o mito de que os bons salários são aplicados a todos os professores da área privada, o Sinpro estima em mais de 70% o número de unidades particulares de ensino, em todo o Estado, descumpridoras do Piso Salarial, estabelecido na atual Convenção Coletiva de Trabalho, em R\$ 405,00. Nessa condição, os profissionais mais penalizados são os da educação infantil.

## Maria Cristina

professora em escola privada

Representando o perfil médio dos educadores da rede privada está a professora Maria Cristina dos Santos, 36 anos, separada, que mora com a mãe e uma filha de quatro anos. Ainda em busca da graduação, ela cursa Normal Superior no período noturno, em aulas ministradas por videoconferência em Goiânia, através da Universidade do Tocantins (Unitins). Dos 15 anos de atuação na área, há 13 ela trabalha na escola Aprender Pensando, na qual leciona em dois períodos, também com o objetivo de superar os baixos rendimentos. No matutino, conduz a educação de 11 alunos numa sala mista, sendo três estudantes de 1.<sup>a</sup> série e outros oito de 3.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental. No vespertino, ela atende a 12 alunos de 2.<sup>a</sup> série.



**06h20**

## Ponto de ônibus

A professora aguarda o primeiro dos quatro ônibus que deve tomar ao longo do dia. Até a escola, o percurso consome mais de uma hora.



## Marlene Stival



**07h20**  
**Caminho da escola**

O trajeto de dois quilômetros, do ponto de ônibus até a escola, é percorrido também na volta, ao final da tarde.

**07h00**  
**Centro da Cidade**

Pela insegurança do trajeto nesse horário, a professora Cristina pega carona com o pai de uma aluna para ir à escola, no Setor Norte Ferroviário, cerca de dois quilômetros dali.



**07h30**  
**Primeira jornada**

Cristina leciona para uma sala mista, inclusiva, para 11 alunos da primeira fase do Ensino Fundamental.



## Maria Cristina

**7h30**

## Vila Irani

A professora chega ao Colégio Estadual Marechal Rondon, na Vila Irani, onde leciona Ciências a 140 alunos, divididos em duas turmas de 5.<sup>a</sup> série e outras duas de 6.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental.



**09h30**  
**Em sala**

Quando possível, ela corrige as tarefas ainda em sala de aula.



**12h30**  
**Marmita na escola**

Quase todos os dias, Marlene almoça na própria escola. O intervalo de pouco mais de uma hora dificulta o deslocamento. A refeição ela traz de casa.



**Marlene Stival**

**11h30**  
**De volta para casa**

A professora volta para casa, levando duas alunas que moram no trajeto. Uma delas, em retribuição à carona da manhã.



**Maria Cristina**

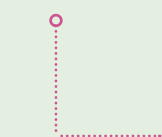
**13h30**  
**Dupla jornada**

Ainda no mesmo Colégio Estadual, no período vespertino, ela é responsável pela educação de cerca de 30 alunos, numa turma de 3.ª série do Ensino Fundamental.



**12h00**  
**Obrigação de mãe**

No horário de almoço, em casa, ela prepara a filha, Sabrina, para ir à escola.



**12h15**  
**Hora do almoço**

Com o horário bastante apertado, Cristina almoça com a família.



**17h30**  
**Tripla jornada**

Término da segunda jornada, mas não do expediente. Daqui, ela parte para o terceiro turno de trabalho.



## 18h00 Setor Campinas

No Setor Campinas, ela toma outro ônibus para a escola municipal onde leciona no período noturno. Mais um percurso de uma hora.



## 13h00 às 17h30 Segunda jornada

Na escola, a professora se desdobra até mesmo para dar recreação a seus alunos na piscina.



## Marlene Stival

## 19h00 Setor Bela Vista

Na Escola Municipal Itamar Martins Ferreira, no Setor Bela Vista, ela permanece até as 22:00 horas, atuando com cerca de 30 alunos da 1.ª série do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA).



## 18h30 Ponto de ônibus

Cristina pega o ônibus para ir à faculdade.

## Maria Cristina

## 23h00 Em casa

Marlene dribla o cansaço para realizar pesquisas, preparar as próximas aulas, elaborar e corrigir avaliações e trabalhos.

A tarefa consome várias horas ao longo da semana, nos finais de semana e feriados.



## 19h00 às 22h00 Terceira jornada

De terça à quinta-feira, Cristina faz o curso Normal Superior no sistema de videoconferência.



# Meninas más vão à luta

Juçara Vieira | Professora, presidente da CNTE e vice-presidente da Internacional da Educação



**E**m pelo menos dois pontos, podemos dizer que o debate sobre a questão de gênero teve avanços no último século. Uma combinação de lutas sociais, teses e estudos introduziu, definitivamente, a temática em várias áreas do conhecimento e da convivência humana. Textos marcantes, como “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949, revisaram conceitos filosóficos, sociológicos, sexistas, políticos e culturais. Ao mesmo tempo, o feminismo firmou-se, conceitualmente, a partir de contestações, mobilizações e mudanças paradigmáticas.

Como causa e decorrência, surgiram muitas investigações sobre o tema. No movimento sindical, várias pesquisas começaram a quantificar e a qualificar o peso da mulher no mundo do trabalho. No âmbito da educação, tem havido uma dupla preocupação: com as trabalhadoras e com as estudantes. Essa preocupação é mediada pela análise do próprio papel da escola e da educação na reprodução e na superação de estereótipos e preconceitos. Sem dúvida, os Sindicatos

de trabalhadores e trabalhadoras em educação têm um papel fundamental nesse debate. Da parte das escolas, mudanças exigidas não se circunscrevem a uma relação dicotômica de gênero. Elas precisam ter como pano de fundo o projeto de sociedade superador dos limites

**“AS MUDANÇAS EXIGIDAS PELAS ESCOLAS DEVEM SUPERAR OS LIMITES DO CAPITALISMO”**

impostos pelo modelo capitalista neoliberal. Portanto, muito mais abrangente. Nesse sentido, é necessário que a escola também faça parte das redes que a humanidade vem tecendo para dar uma nova fisionomia à história: as lutas étnicas e raciais, as ambientalistas, as de afirmação de minorias sexu-

ais, além das de gênero. A escola pode ser útil aos senhores de Davos ou aos homens e mulheres que se misturam nos Fóruns Sociais Mundiais sem hierarquias econômicas. Pode ser elitista e voltada para o mercado, ou popular e democrática, voltada para a inclusão social e acesso ao mundo do trabalho. Esta percepção faz toda a diferença no trato deste e de qualquer outro tema.

Não podemos esquecer que, neste ano, teremos eleições no Brasil. Há temas recorrentes, na nossa luta, que precisam estar na agenda política: trabalho e emprego, saúde, combate à violência e à exploração da imagem pelos meios de comunicação de massas, entre outros. Sobretudo, impõe-se que sejamos atuantes. Ehrardt nos adverte: “Mulheres renunciam ao poder, e assim se estabilizam as pretensas hierarquias. Involuntariamente, elas contribuem de modo considerável para que continuem instaladas as estruturas esclerosadas do poder”. O sugestivo título do livro: “Meninas Boazinhas vão para o Céu. As Más vão à luta”.

# Legislação consolida conquistas das mulheres na sociedade brasileira

No Congresso Nacional, tramitam projetos que representam avanços importantes

**A** legislação tem contribuído, gradativamente, para a consolidação do espaço que as mulheres vêm conquistando. No Congresso Nacional, tramitam vários projetos para melhorar suas vidas. Um deles, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), é o Projeto de Lei nº 507, de 2003 que modifica o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de relacionar as categorias de trabalhadores que devem ser considerados profissionais da educação.

Segundo ela, a proposta que beneficia cerca de 1,5 milhão de trabalhadores, já foi aprovada no Senado e aguarda aprovação na Câmara. Para isso, ela defende a mobilização da categoria: “Não depende só do nosso trabalho, depende principalmente dos trabalhadores na educação, mulheres em sua maioria, cuja escolaridade é baixa e a renda é inadmissível dentro do serviço público”.

A senadora afirma que o projeto – apoiado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – pretende elevar a escolarização de mais de 500 mil funcionários para, pelo menos, o Ensino Médio.

Outra proposta importante é o Projeto de Lei 4985/05, de autoria da deputada Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ) – já aprovado na Comissão de Seguridade Social e



*Projeto da senadora Fátima Cleide beneficia cerca de 1,5 milhão de trabalhadores em educação, mulheres em sua maioria*

Família (CSSF) e em apreciação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) – visa Instituir o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as mulheres, formado por recursos do Orçamento da União, de operações de crédito internas e externas e de transferências intergovernamentais realizadas a partir de convênios com os estados e com o Distrito Federal. O objetivo é destinar mais recursos aos programas federais, estaduais e municipais para melhorar a condição de vida feminina.

Também se destaca o Projeto de Lei 4559/04, do Poder Executivo, que cria varas e juizados especiais

de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e institui o Centro de Atendimento à Mulher e Reabilitação do Acusado. “O projeto estabelece, pela primeira vez no Brasil, uma política de combate à violência contra as mulheres”, ressalta a deputada Iriny Lopes (PT-ES), ouvida pela Agência Câmara. Ela relatou o projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), a última a analisar a proposição.

O projeto, que estava em tramitação na Câmara até o fechamento desta edição, reforça medidas repressivas à violência doméstica e familiar.



## Principais propostas

**Projeto de Lei 6156/05**, do deputado Vander Loubet (PT-MS), que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2848/40) para determinar que, nos casos de violência familiar, não será permitida a conversão da pena - que atualmente é de detenção de seis meses a um ano - em pena restritiva de direito ou multa. O projeto será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votado pelo Plenário.

**Projeto de Lei 6205/05**, da deputada Ann Pontes (PMDB-PA), exige a comprovação de justa causa em caso de demissão de mulher gestante, no período em que goza de estabilidade no emprego – desde o início da gravidez até cinco meses após o parto.

A Constituição proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa de mulheres nesse período, mas não exige a comprovação da justa causa em caso de demissão. Por isso, segundo a deputada, muitas empresas vêm conseguindo burlar o dispositivo constitucional. O projeto altera a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O projeto tramita, em caráter conclusivo, nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Proposta de Emenda à Constituição 485/05**, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que cria varas específicas para as causas relativas às mulheres nos juizados especiais cíveis e criminais. Segundo a autora da proposta, eles já demonstraram “inegável contribuição” para uma solução mais rápida dos conflitos. “Portanto, nada mais justo do que se prever a criação de varas especializadas para a conciliação, o julgamento e a execução de causas relativas às mulheres”, disse. Para a deputada, tais juizados especiais poderão atuar como inibidores da injustiça da qual as mulheres são vítimas, seja na esfera cível - resolvendo os conflitos que decorrem da posição de fragilidade feminina na sociedade -, seja na esfera criminal - reduzindo a violência à qual são submetidas. A PEC será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania quanto à admissibilidade. Se aprovada, será analisada por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim e segue depois para o Plenário, onde precisa ser aprovada em dois turnos.

**Projeto de Lei 3069/04**, do deputado Geraldo Resende (PPS-MS) determina atendimento preferencial nos programas de habitação popular financiados ou geridos pela União às mulheres chefes de família com renda de até três salários mínimos. Pelo texto aprovado, os programas deverão obrigatoriamente simplificar o processo de tomada e garantia de crédito e o cadastramento de mulheres que sejam chefes de família de baixa renda, além de adotar medidas sociojurídicas de apoio à mulher e a seus filhos. A proposta determina ainda que os contratos devem ser firmados, prioritariamente, em nome da mulher, independentemente de sua participação na renda familiar e de seu estado civil. O PL, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Projeto de Lei 2984/04**, que proíbe às empresas exigirem das trabalhadoras o uso de roupas que coloquem em risco sua saúde ou segurança ou que tenham como objetivo a exposição do seu corpo. A proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi apresentada pelo deputado José Divino (PMDB-RJ). José Divino lamenta a exposição do corpo feminino como estratégia de vendas, o que, a seu ver, deprecia a condição de mulher nas relações de trabalho. Como exemplo, ele cita a proliferação de lava-jatos nos postos de gasolina, onde os clientes são atraídos por moças que executam o serviço vestidas sumariamente. “As empregadas são reduzidas à condição de objeto do empregador”, afirma o parlamentar. “Além de terem a dignidade afrontada, as funcionárias com a pele exposta enfrentam riscos de saúde e segurança, pois estão sujeitas a queimaduras e demais doenças causadas por combustíveis e outros produtos inflamáveis”. O projeto deverá ser analisado pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Como tramita em caráter conclusivo, se aprovado segue direto para exame do Senado.



# Aborto legal tramita há dez anos

Apesar de ser uma realidade que penaliza, principalmente, as mulheres mais pobres, carga emocional dos debates forçou retirada do texto da pauta de comissão em 2005

**U**m assunto polêmico que divide opiniões de pessoas do mundo todo é o aborto. Para muitos, a mãe deve realizá-lo caso o feto seja indesejado. Mas será que essa mãe não estaria cometendo assassinato? Um projeto de lei a favor da legalização dessa prática está tramitando no Congresso. O PL 1.135/91 que trata da descriminalização do aborto é de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG).

A deputada Jandira Feghali (PC do BRJ) é a relatora da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família. A parlamentar aguarda, há mais de dez anos, que a matéria seja aprovada pela comissão.

“O projeto já foi incluído na pauta de votações, no final de 2005, mas não foi possível votá-lo em fun-

ção da carga emocional que tomou conta dos debates. Espero que a matéria volte à pauta para que possamos responder a essa demanda da sociedade brasileira”, disse Feghali.

A religião também é de grande influência em relação ao assunto. Pois a legalização da prática é abominada pelo papa Bento XVI. E a população brasileira, de maioria católica, não concorda com o aborto. “No Estado brasileiro, as leis devem ser orientadas pelas necessidades da sociedade e não em função de uma ou outra religião.

O aborto hoje é uma realidade no Brasil, quer a sociedade admita ou não. O que acontece é que parcela da população prefere fechar os olhos para esta realidade. Devemos enfrentar esta questão e tirar o aborto da esfera penal, pois trata-se



*Para Jandira Feghali, leis devem ser orientadas pelas necessidades da sociedade e não da religião*

de uma questão de saúde pública”, afirma a parlamentar.

Milhares de mulheres no nosso país fazem o aborto, mesmo sem nenhum cuidado médico, e em clínicas que muitas vezes, oferecem risco para a mãe do feto. Em muitos casos, a mulher não pode nem ter mais filhos e corre risco de morte. Segundo Jandira, a criminalização não tem sido eficaz para coibir a prática, mas discrimina as mulheres mais pobres que batem às portas do Sistema Único de Saúde (SUS) com as seqüelas de abortos realizados em clínicas clandestinas sem a menor condição para a realização do procedimento.

“A descriminalização do aborto não obriga a realização do procedimento, apenas deixa de considerá-lo como crime. O debate tem ficado nublado por questões religiosas e, nesse campo, não creio que a sociedade esteja consciente da necessidade de revisar a legislação”, revela Jandira.

## O que é Aborto Legal?

Na legislação brasileira atual, o aborto é tipificado como crime contra a vida, sendo prática proibida pelo Código Penal (artigos 124, 125 e 126). O aborto somente será permitido quando praticado por médico em casos necessários para salvar a vida da gestante ou para interromper gravidez resultante de estupro de acordo com o artigo seguinte do Código Penal:

**Art. 128.** “Não se pune o aborto praticado por médico  
**Aborto necessário**

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante

**Aborto no caso de gravidez resultante de estupro**

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.”



## Proposta divide ONGs e partidos políticos

### A FAVOR

O Projeto de Lei 1135/91, relatado pela deputada Jandira Feghalli, encontra apoio de diversas Organizações Não-Governamentais, como a Rede Feminista de Saúde e a Católicas pelo Direito de Decidir, que tratam o aborto como uma questão de saúde pública e um direito inalienável das mulheres. Em seu site [www.catolicasonline.org.br](http://www.catolicasonline.org.br), a Católicas pelo Direito de Decidir promove uma campanha em defesa da descriminalização do aborto. A ONG afirma que, segundo pesquisas, são realizados, pelo menos, 750 mil abortos em condições inseguras no país, a cada ano, e que complicações acarretadas pelo aborto clandestino são a quarta causa de mortalidade materna no Brasil. As integrantes da ONG defendem que o aborto não é um pecado, nem uma ofensa à moral.

**“ONG AFIRMA QUE 250 MIL MULHERES SOFREM COMPLICAÇÕES PÓS-ABORTO ANUALMENTE”**

A campanha também destaca informação do Ministério da Saúde segundo a qual, anualmente, cerca de 250 mil mulheres, a maioria negras, jovens e pobres, são internadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por complicações pós-aborto. É essencial que a mulher tenha o direito de decidir sobre o próprio corpo e ser assistida pelos hospitais públicos, independentemente das causas do aborto. O grupo defende a necessidade de garantir que os brasileiros tenham acesso à educação sexual, aos métodos anticoncepcionais e ao direito de escolha em relação a ter filhos ou não.

### CONTRA

A Frente Parlamentar em Favor da Vida, liderada pelo deputado Luiz Bassuma (PT-BA), promoveu, em fevereiro, um seminário na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara, para mobilizar a sociedade civil em torno da rejeição à proposta de descriminalização do aborto. Mais de 180 entidades de classe participaram do evento, o que deu força para o grupo liderado pelos religiosos.

Os integrantes da frente defendem a manutenção dos artigos 124 e 126 do Código Penal, que prevêem, respectivamente, detenção de um a três anos às mulheres que praticarem aborto voluntário e reclusão de um a quatro anos para quem praticar a interrupção com o consentimento da gestante.

O Código Penal só permite

**“FRENTE REUNIU, EM FEVEREIRO, 180 ENTIDADES EM TORNO DA REJEIÇÃO AO PROJETO DE LEI 1135/91”**

abortos no caso de estupro ou nas gestações que colocam a vida da mãe em risco. Mas nem mesmo nesses casos a corrente contrária ao projeto aceita a interrupção voluntária da gravidez.

Quem também se manifesta contra o aborto é a equipe do Portal da Família ([www.portaldafamilia.org](http://www.portaldafamilia.org)). Uma de suas integrantes é a professora universitária Sueli Caramello Uliano, presidente do Conselho da ONG Família Viva, colunista do Portal da Família e consultora para assuntos de adolescência e educação. “Sou a favor da vida e, sempre que consigo, publico algo a respeito”, afirma a autora do livro “Por um Novo Feminismo”, publicado pela Editora Quadrante, e de artigos em que trata da questão do aborto, como “A mulher internacional e o aborto à moda da casa”, “Benevolência” e “O Banho do Bebê”.

# Nações Unidas e Ministério da Justiça se

Desde o início da parceria, em outubro de 2004, a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal pre

**A** Organização das Nações Unidas revela que o tráfico de seres humanos é uma das atividades mais rentáveis do crime organizado, com uma movimentação financeira estimada em US\$ 9 bilhões. Jovens brasileiras estão sempre na mira desses criminosos.

Preocupados com a situação das vítimas do tráfico de mulheres, e suas conseqüências para as vítimas, suas famílias e a sociedade brasileira como um todo, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e o Ministério da Justiça firmaram parceria, em outubro de 2004 e lançaram, em Goiânia, uma campanha para combater esse crime e punir os responsáveis por essa prática que atinge a dignidade e auto-estima das mulheres, impostas

a condições degradantes fora do Brasil, onde são expostas e utilizadas como mercadorias, verdadeiros produtos sexuais à disposição de quem pague por elas.

O estado de Goiás foi escolhido para o lançamento, porque é um dos principais pontos de partida das vítimas dos exploradores sexuais. A campanha também tinha como alvo o Ceará, onde o número de mulheres enviadas ao exterior é bastante preocupante, e nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pelo fato de abrigarem os maiores aeroportos internacionais do País.

Segundo do Dr. Eriosvaldo Renovato Dias, diretor da Divisão de Direitos Humanos (DDH), da Polícia Federal, como resultado dessa campanha, houve a prisão de mais de 50

pessoas, entre brasileiros e estrangeiros, a partir de grandes operações realizadas, tanto em Goiás como no Nordeste, e, simultaneamente, na Espanha, um dos principais destinos das mulheres aliciadas pelos traficantes no Brasil.

O delegado Renovato Dias informou que o Ministério da Justiça tem mandado cartazes e folders para os aeroportos, mas ele acredita que essa ação não seja suficiente para deter o tráfico. Ele diz que é necessária uma grande campanha de esclarecimento, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para evitar que as mulheres, especialmente as mais jovens, caiam nas mãos das redes internacionais de traficantes, e a realização de palestras nas salas de aula e associações de bairros.

Além disso, o delegado federal diz que a imprensa deve participar dessa mobilização, por meio da divulgação dos temas e campanhas, pois, para ele, essa participação ativa dos meios de comunicação – mostrando como atuam os aliciadores e as conseqüências, para as vítimas, de se aceitar propostas para deixar o país – é de extrema importância, ao fortalecer as campanhas e encorajar as pessoas a denunciar os criminosos, de forma consistente. “Estamos sempre abertos para receber as denúncias, mas precisamos de denúncias completas. Pois, às vezes, elas são muito vagas”, comenta.

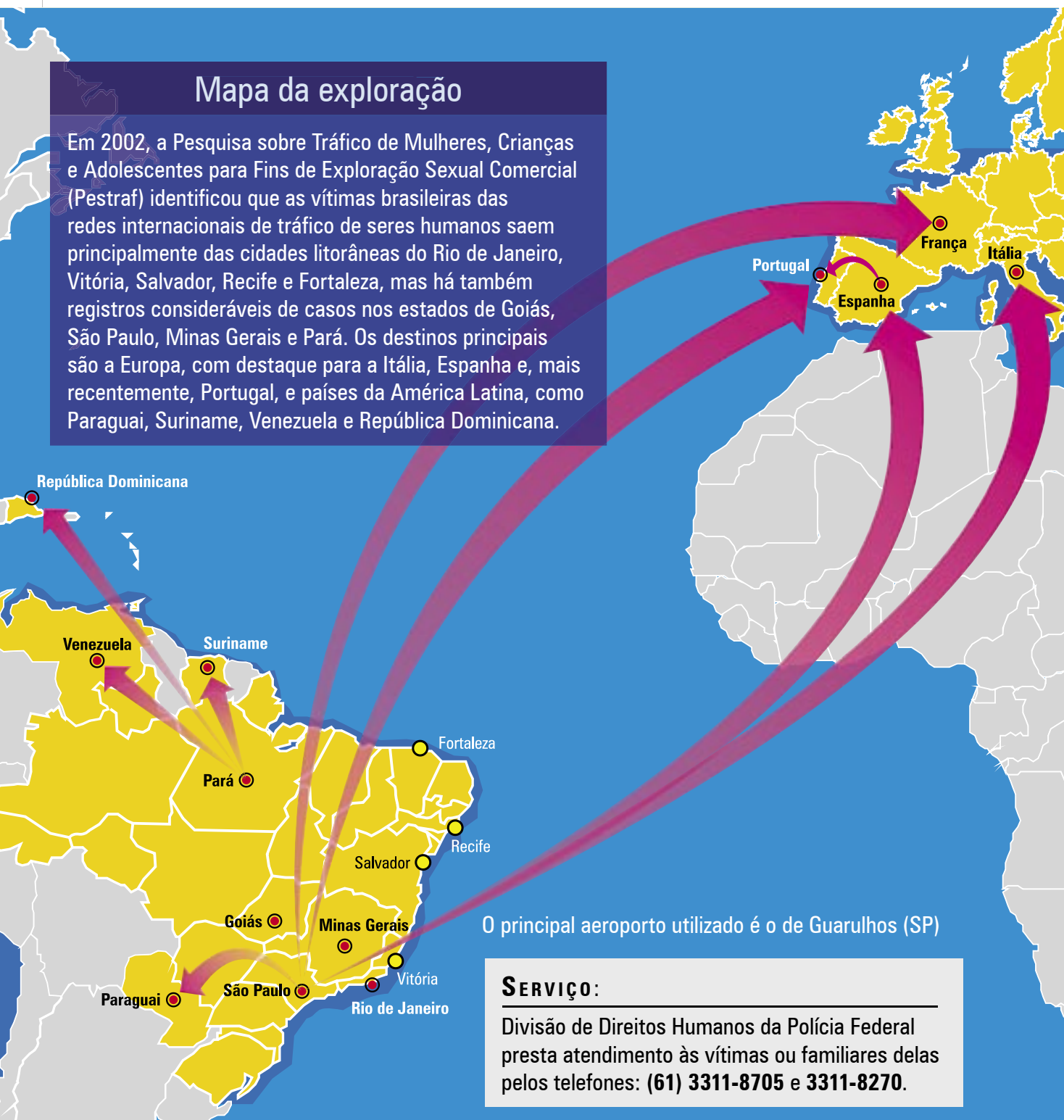


Eriosvaldo Dias explica que cidades litorâneas como Rio, Vitória e Salvador são os principais pontos de origem das mulheres



# e unem para combater o tráfico de mulheres

endeu 50 pessoas, entre brasileiros e estrangeiros, nas principais rotas de tráfico



## Brasileiras levadas para a Europa são 75 mil

O Brasil é um dos principais pontos de partida de mulheres aliciadas pelos agenciadores internacionais de tráfico para fins de exploração sexual no exterior. Elas são originárias, em sua maioria, de Goiás e do Ceará e deixam o país pelo Rio de Janeiro e São Paulo, usando os aeroportos internacionais Tom Jobim e Guarulhos, respectivamente.

A Organização das Nações Unidas revelou que cada uma delas representa o lucro de até US\$ 30 mil para um mercado alimentado pela vulnerabilidade econômica ou de falta de perspectiva profissional, falsas promessas de casamento ou de vida melhor, impunidade e corrupção que não param de crescer. Calcula-se que 75 mil brasileiras tenham sido traficadas para a Europa.

A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf), publicada em 2002, revelou dados preocupantes sobre essa atividade, tanto nacional quanto internacionalmente. A Pestraf foi coordenada pelo Cen-



Pesquisa descobriu 241 rotas, sendo 131 para o exterior, diz Maria Lúcia Leal. “No entanto, ainda há impunidade”

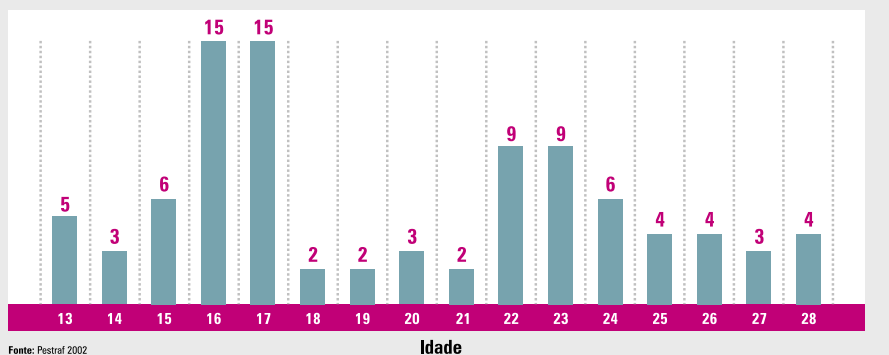
tro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) e organizada pelas professoras Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, da Universidade de Brasília (UnB).

Um ano antes, o Ministério da Justiça e o Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e Crime (UNODC) haviam iniciado um projeto de combate ao tráfico in-

ternacional de seres humanos, especialmente de mulheres vítimas das redes de exploração sexual, denominado FS/BRA/01/R18, implementado pelo UNODC e pela Secretaria Nacional de Justiça.

Segundo a pesquisa, o Estado de Goiás é o principal local onde as mulheres, destinadas ao mercado do sexo, são aliciadas. A Pestraf revelou que os estrangeiros gostam do biotipo delas. Exatamente há um ano, no Dia Internacional da Mulher, João Henrique Ribeiro Roriz, consultor do UNODC, revelou que cinco mil goianas trabalhavam como prostitutas na Europa, principalmente na Espanha, Portugal, Suíça e Itália. De cada dez mulheres que embarcam para esses países, 80% deixam o estado com uma dívida de R\$ 20 mil. Cerca de 50% vão enganadas por ali-

Número de Pessoas Traficadas



ciadores. A maioria é do interior do estado e da periferia de Goiânia, e tem entre 18 e 29 anos.

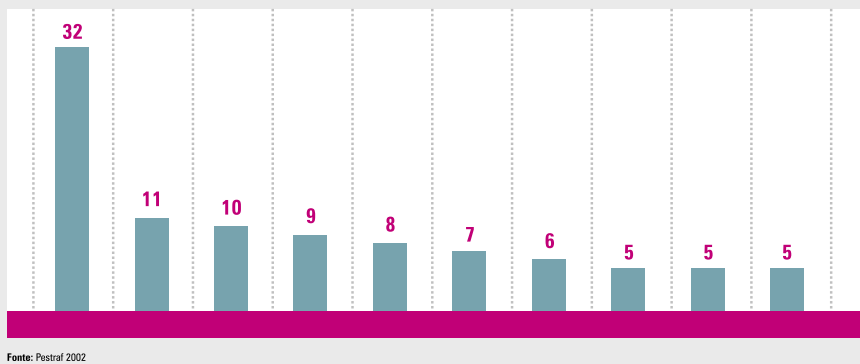
De acordo com o levantamento, em grande parte das vezes, as vítimas não atuam como profissionais do sexo e deixam o Brasil motivadas por falsas promessas de emprego e de vida melhor.

O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, conforme o relatório final da pesquisa, tem suas determinações não apenas na violência criminal, mas, sobretudo, “nas relações macro-sociais (mercado globalizado e seus impactos na precarização do trabalho, por exemplo) e nas relações culturais (valores patriarcais/machistas, de classe, de gênero/etnia e adultocêntricos, que levam mulheres, crianças e adolescentes em relações desiguais de poder)”.

Para a professora Maria Lúcia Leal, houve avanços em relação a ações contra o tráfico de seres humanos, que atinge crianças a partir dos 13 anos de idade, desde a realização da Pestraf: “Acho que a visibilidade sobre a questão passou a ter uma discussão oficial. Até o presidente Lula colocou como prioridade. Então, foi criado o artigo 231 A (no Código Penal Brasileiro), onde nós conseguimos informar que não havia só tráfico internacional, mas interno também, não só de mulheres, mas de homens e crianças, tudo para o fim de exploração sexual.” O artigo 231 do Código Penal foi mudado pela Lei nº 11.106/05, publicada no Diário Oficial da União de 29.03.05.

Maria Lúcia informou que, com a Pestraf, foram descobertas 241 rotas, 131 delas para o exterior. “No

Principais rotas por país de destino



entanto, há impunidade para quem abusa ou explora sexualmente o ser humano. O Estado não respondeu a essa questão como prioridade, no ponto de vista de prática, por meio das políticas públicas. Nós chegamos a 130 municípios com exploração sexual e mais de 100 com a questão de tráfico de pessoas”, explica.

Está sendo realizado o projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil (BRA/S25), segunda fase do programa de combate ao tráfico internacional de seres humanos no Brasil, iniciado pelo FS/BRA/01/R18, que visa melhorar a capacidade ins-

titucional de lidar com o contrabando doméstico e internacional de migrantes e com o tráfico de pessoas. A ideia é reunir diversos ministérios e estados brasileiros, além de governos dos países que são destino ou que servem de trânsito para o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas, a partir do Brasil.

Estudos conduzidos pelo projeto inicial se concentraram no Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, para ampliar o combate ao tráfico de pessoas e ao contrabando de imigrantes, é necessário coletar informações mais exatas, principalmente na região Norte, onde existe uma vasta e pouco controlada fronteira com oito países sul-americanos – alguns deles, como Guiana Francesa e Suriname, com conexões com a Europa (França e Holanda, respectivamente). A Pestraf revelou que 106 dos 131 municípios, onde foi constatado o tráfico de pessoas, são da Região Norte.

A segunda etapa do projeto pretende atuar em duas frentes: consulados, aeroportos internacionais e os brasileiros que moram no exterior; e ação contra o tráfico nas extensas fronteiras brasileiras.

**“CADA MULHER  
ATRAÍDA PARA O  
EXTERIOR DÁ LUCRO  
DE ATÉ US\$ 30 MIL,  
ESTIMAM AS  
NAÇÕES UNIDAS”**



## Sonho de uma vida melhor acaba em pesadelo

Elas são jovens, de 18 a 21 anos, a grande maioria solteiras, cheias de sonhos, querem uma vida melhor e algumas estão dispostas a pagar qualquer preço. Deixar o emprego sem perspectiva de futuro, já que sua escolaridade é baixa, e a família para trás faz parte da aventura. Para os aliciadores que atuam no mercado internacional, são apenas mercadoria. A proposta é tentadora: bom emprego no exterior, com ganhos em euro ou dólar para ser garçonete, manicure, arrumadeira de hotel, bailarina de boate, ou garota de programa. Não importa. Alguns anos fora do Brasil podem render carro, imóvel, roupas de grife e uma poupança para levar uma vida sossegada. Há, ainda, uma outra forma da abordagem bastante sedutora: um bom casamento com um “príncipe encantado” europeu.

Com isso, a ambição sobe à cabeça. Não adiantam os conselhos, os exemplos que aparecem na imprensa. Surge uma sensação de auto-suficiência e aquela crença, quase certeza, de que nada de mal vai acontecer.

O sonho termina com a chegada no exterior. Lá, os passaportes são confiscados. O emprego prometido vira escravidão. A dignidade vai para o lixo. A prostituição se torna obrigatória, mesmo para quem saiu daqui com outro objetivo. E a maior parte do dinheiro que ganham cai nas mãos dos contrabandistas de mulheres. Mal sobra para a alimentação, remédios e produtos de higiene. Ameaçadas de várias formas, temem

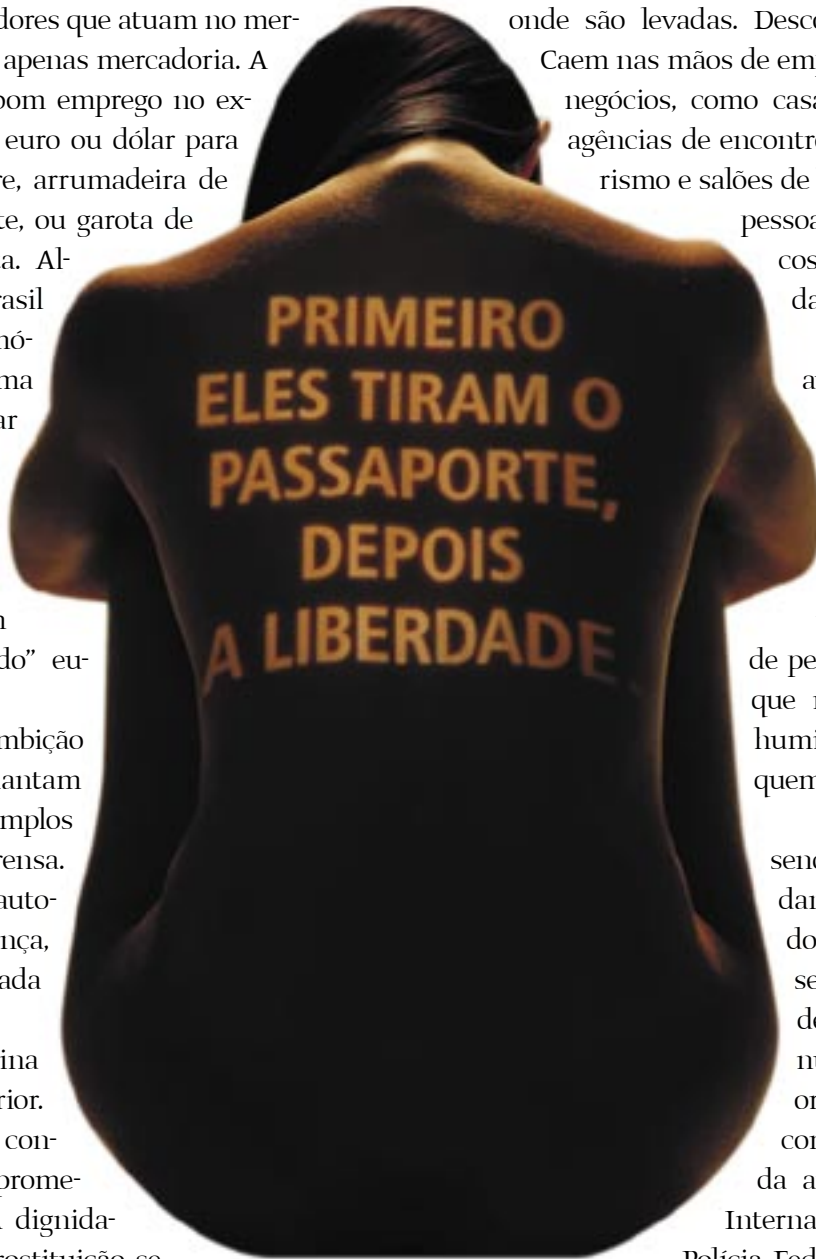
denunciar. Passam a viver num exílio forçado. A saída, às vezes, é tentar fugir. Para onde? Com que documento? Com que dinheiro?

São meninas ainda. Sem experiência de vida e que, certamente, não sabem falar a língua do país para onde são levadas. Desconhecem seus direitos. Caem nas mãos de empresários que atuam em negócios, como casas de shows, comércio, agências de encontro, bares, agências de turismo e salões de beleza. Ao contrário das pessoas que exploram, eles costumam ter boa escolaridade... e muita lábia.

A vergonha de a aventura não ter dado certo somada ao medo dos contrabandistas colaboram para o fato de algumas sequer tentarem manter contato com a família a fim de pedir ajuda. O problema é que muitas famílias, muito humildes, sequer sabem a quem recorrer.

Assim, as garotas vão sendo exploradas e engordando o bilionário mercado do tráfico. Sem poder se defender, essas jovens dependem de alguém denunciar a rede de crime organizado às autoridades competentes. Dependem da atuação da Organização Internacional do Trabalho, da Polícia Federal e de outras entidades que lutam para acabar com essa maldade. Para quem está perdida lá fora à espera de socorro, vai-se o sonho. Fica uma cicatriz na alma.

.....  
 Campanha alerta para “propostas fantásticas” e pede que, em caso de suspeita, a Polícia Federal seja acionada



**Matilde Ribeiro**, secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial

## “Mulheres negras são guerreiras”

A internet pode ser usada por grupos racistas, xenófobos e intolerantes, como fonte de incitação. Por isso, a sociedade deve se preocupar com o uso ético dessa tecnologia



Seppir/Jaciara Aires

*Titular da Seppir, Matilde destaca o papel que as mulheres negras têm tido nos diversos espaços de luta por seus direitos*

**A** ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), militante do Movimento de Mulheres e do Movimento Social Negro, é uma mulher de origem humilde, uma batalhadora, uma vencedora. Começou a trabalhar muito cedo para ajudar no orçamento familiar. Aos 14 anos, já era uma operária, de “carteira assinada”.

Estudar também não foi fácil para Matilde, nascida na cidade de Flórida Paulista, em 29 de julho de 1960. Mas ela conseguiu chegar à PUC-SP, onde fez graduação em Serviço Social, mestrado em Psicologia Social e fez doutorado em Serviço Social. Como assistente social, trabalhou em ONGs e no Serviço Público. Entre 1984 e 2002, atuou na Prefeitura de Osasco, na Prefeitura de São Paulo, na Sempre Viva Organização Feminista, no Instituto Cajamar, na Prefeitura de Santo André, nas Faculdades Metropolitanas Unidas, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e no Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades (Ceert).

No PT, sempre nas comissões e secretarias de mulheres e de negros; foi integrante da primeira gestão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Para a ministra, que concedeu esta entrevista à Matria, “a participação das mulheres negras em diversos espaços de luta pelos seus direitos não é nenhuma novidade. Porque, desde a escravidão negra, elas foram constantemente guerreiras contra este sistema de desumanização de todo um povo.”

**Revista Matria – Ministra, a senhora participou, em janeiro, do Seminário de Alto Nível Racismo na Internet e as Normas Internacionais, em Genebra, Suíça, que reuniu países integrantes da Organização das Nações Unidas, representantes da ONU e Organizações Não-Governamentais. Um dos tópicos desse seminário foi o combate ao racismo. Que avanços foram obtidos contra essa prática?**

Ministra Matilde Ribeiro – O combate ao racismo e à discriminação racial pela Internet tem exigido muita atenção do Estado brasileiro, bem como da comunidade internacional. Essas práticas são feitas através da web, sites de relacionamento (orkuts), chats, fotologs e diversos outros meios. Ainda que a governança sobre a utilização da Internet leve em conta especificidades culturais, jurídicas e políticas, tais como direitos e garantias individuais, o acesso à informação etc., no caso específico de grupos racistas, intolerantes ou xenófobos, a Internet pode ser transformada em um potente instrumento de incitação ao ódio racial. E a atenção sobre a utilização dessas novas formas de comunicação deve ser uma constante preocupação da sociedade civil, dos dirigentes de Estado, empresários, movimentos sociais, enfim, da população como um todo, partindo do princípio da utilização ética de tais mecanismos. Em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil ao longo dos anos, dentre outros, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção nº III, da OIT, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação contra a Mulher, e a Declaração e o Programa de Ação de Durban, o Estado brasileiro vem empreendendo esforços para formar uma rede institucional e uma base legislativa que permita a efetiva punição dos delitos relacionados à prática de racismo e de discriminação racial na Internet. No âmbito do Poder Executivo federal, por exemplo, o governo, em maio de 1995, criou o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), com o objetivo de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no País.

**“ESSE ESTUDANTE FOI DENUNCIADO NA JUSTIÇA CRIMINAL. ESPERA-SE UMA CONDENAÇÃO EXEMPLAR”**

**O estudante universitário Marcelo Valle Silveira Mello, 20 anos, responde na 6ª Vara Criminal, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por crime de racismo na Internet. Ele divulgou mensagens preconceituosas e agressivas contra os negros e afrodescendentes no site de relacionamento Orkut. Com isso, pode se tornar o primeiro brasileiro a sofrer punições criminais por esse motivo. Como a senhora avalia esse caso? A senhora acredita que a fiscalização do Orkut, por meio da Polícia**

**Federal, por exemplo, ajudaria a coibir a disseminação desse tipo de mensagem?**

Para acompanhar casos de racismo na Internet foi instituída uma comissão especial, constituída pelo nosso ouvidor, por intelectuais e por membros da sociedade civil que são membros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPJR). Esse caso é exemplar, e servirá de paradigma para os casos futuros. A partir de denúncia encaminhada pela sociedade civil, a ONG ABC Sem Racismo e a Agência de Notícias Afropress, a Ouvidoria da Seppir, por minha determinação, passou a acompanhar o caso, e intermediou a comunicação entre o Ministério Público do Estado de São Paulo e do Distrito Federal. Em razão do trabalho exemplar realizado pelos promotores de justiça que atuam no caso, esse estudante foi denunciado na Justiça Criminal e o processo penal se encontra bem adiantado. Espera-se uma condenação exemplar da justiça brasileira. A fiscalização de práticas racistas, discriminatórias, intolerantes ou xenofóbicas pela Internet é muito complexa, e depende de especial atenção para uma série de problemas que se apresentam nesse campo, tais como: as questões relativas a direitos individuais (direito à liberdade de expressão e de livre manifestação de pensamento; direito à liberdade de opinião; direito à intimidade, direito de acesso à informação, direito à ampla defesa etc.), as questões de tipicidade, determinação de autoria e de competência jurisdicional, principalmente nos delitos cometidos pela Internet, que assumem, em alguns casos, feição de crimes transnacionais. O De-



partamento de Polícia Federal tem dado relevante contribuição, e tem sempre colaborado com a Ouvidoria da Seppir, quando esta solicita os seus serviços. Mas há outros órgãos que têm atuado nesse campo, como os diversos serviços instituídos por governos estaduais, pelos diversos segmentos do Ministério Público e do Poder Legislativo.

**Que providências estão sendo tomadas contra pessoas ou grupos responsáveis pela disseminação virtual do racismo no Brasil? Há uma ação integrada com os provedores de acesso à rede mundial de computadores? Qual o papel da Seppir nesse contexto?**

A Comunidade Internacional vem se reunindo nas organizações e organismos internacionais para trocar experiências e propor a criação de instrumentos que possam lidar com o problema, como ocorreu no Seminário de Alto Nível sobre Racismo na Internet e as Normas Internacionais Complementares, acontecido no mês de janeiro em Genebra, Suíça. O Seminário debateu, em um primeiro momento, como a Internet e as novas formas de comunicação, têm servido para a propagação de mensagens de ódio e de desconsideração a grupos sociais por motivo de etnia, raça, nacionalidade, religião, gênero, idade etc. bem como esses mesmos instrumentos podem ser utilizados para a transformação dessa realidade. Num segundo momento, o Seminário examinou a arquitetura internacional de proteção de direitos humanos com recorte racial em vigor, bem como a necessidade de aperfeiçoamento da mesma em face das novas formas de racismo,

discriminação, xenofobia e intolerâncias correlatas. Duas recentes iniciativas foram apontadas no Seminário como sendo exemplares: a dos Estados que compõem o Conselho da Europa, que após elaborarem uma Convenção sobre crimes cibernéticos (*Convention on Cybercrimes* - ETS 185, Budapest, 23.XI.2001), apresentaram um Protocolo Adicional, criminalizando os atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos através de sistemas de computadores, e pela Internet (*Additional Protocol to the Convention on Cybercrime, concerning the crimina-*

**“NA OEA, O BRASIL FEZ DUAS SUGESTÕES PARA A NOVA NORMA INTERNACIONAL CONTRA O RACISMO”**

*lisation of acts of a racist and xenophobic nature committed computer systems* – Strasbourg, 28.I.2003). A segunda se refere à proposta de criação de uma Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação apoiada pelo Brasil na OEA, em 2005. Nessa oportunidade, o Estado brasileiro apresentou duas importantes sugestões para essa nova norma internacional: enumeração de condutas racistas, discriminatórias ou intolerantes na Internet; e inclusão de formas contemporâneas de discriminação (por exemplo, as caracte-

ísticas genéticas, a orientação sexual, a condição infecto-contagiosa estigmatizada, a deficiência e a condição de distúrbio mental incapacitante), ampliando o alcance da futura norma para além do combate de atos de racismo e de discriminação racial. Com a criação da Seppir, em março de 2003, foi criada a Ouvidoria, que tem acompanhado diversos casos envolvendo racismo anti-negro e anti-semitismo na Internet; e no Departamento de Polícia Federal foi criada a Divisão de Crimes por Computador. No âmbito do Poder Legislativo federal, por exemplo, estão em curso dois projetos de lei, em fase de aprovação, para regular as questões relacionadas à Tecnologia da Informação e às práticas racistas ou discriminatórias na Internet: o PLC n.º 89, de 2003 e o PLS 309/2004.

**Está marcada para os dias 8 a 10 de maio próximos a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, a ser realizada em Salvador (BA). O encontro pretende reunir cerca de mil intelectuais, atuantes na academia, na produção independente e na formação de opinião, para traçar estratégias da contribuição da diáspora para o renascimento africano. O que seria esse renascimento africano?**

Esta conferência tem como primordial propósito afirmar a identidade africana, a partir do estreitamento de laços com diversos continentes. Diáspora, em termos gerais, significa a dispersão de um povo, com a mesma origem étnica, geográfica e cultural, por diversas partes do mundo. No caso dos afrodescendentes, essa dispersão sofreu, ao longo dos anos, sérias

influências da discriminação racial, pois estereótipos de que não são inteligentes, capazes, belos etc., em muitos casos impossibilita seu desenvolvimento social, político e econômico. Assim, o renascimento africano seria o efetivo combate à imagem estereotipada da população negra, contribuindo assim para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico, tanto dos descendentes – que há gerações estão em diversos lugares do mundo, construindo a história e a economia desses países – para possibilitar melhores oportunidades de desenvolvimento e combate à pobreza dos países do Continente Africano.

**No caso brasileiro, quais as melhorias proporcionadas pelo governo para integração das comunidades quilombolas? A ideia é melhorar as condições de seus componentes e mantê-los em seus locais de origem ou prepará-los para enfrentar as grandes cidades?**

O Programa Brasil Quilombola encontra-se sob monitoramento e coordenação da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SubCOM) da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), conjuntamente a mais de 20 órgãos federais. Lançado oficialmente em 12 de março de 2004, tem por finalidade coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos (que já somam 2.146 nas listas oficiais) por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil. Visa, principalmente, à implementação de políticas específicas para tais comunidades, estabelecendo

uma metodologia que permita o desenvolvimento sustentável e respeite as especificidades e particularidades culturais dessa população. Sem dúvida nenhuma, a opção de permanecer ou não em seus territórios não depende apenas do desejo dos quilombolas. Depende também das condições de estruturas físicas para a manutenção de sua subsistência e da própria vida, desenvolvimento, e isso também passa pela posse da terra. Não podemos desconsiderar que essas comunidades possuem histórias seculares

**“O SISTEMA DE COTAS É FUNDAMENTAL PARA ROMPER UMA BARREIRA HISTÓRICA DE DESIGUALDADE E DE EXCLUSÃO”**

das famílias que moram lá hoje e, que nada mais justo do que elas possuam condições dignas para o exercício de sua sobrevivência e cidadania.

**Como a senhora avalia o sistema de cotas nas universidades federais, especialmente em relação às mulheres negras?**

O sistema de cotas é fundamental para romper com uma barreira histórica. Articulada com outras políticas de combate à exclusão

e desigualdade, vai propiciar melhores condições e possibilidades de crescimento para toda a população brasileira como um todo, pois viveremos em condições de igualdades de oportunidades e de competitividade. No caso das mulheres negras, não será diferente. O combate ao racismo e ao preconceito passa pelo combate aos estereótipos o que, no caso das mulheres negras, é o grande desafio.

**A senhora acredita que a mulher negra está sendo mais valorizada, no tocante à sua imagem na TV, revistas e outros meios de comunicação?**

A imagem de mulheres negras apenas como desprovidas de inteligência, únicas capazes de desempenhar atividades braçais e além de serviços sexuais sofreu grande influência perante o mundo da moda, a ascensão e reconhecimento das intelectuais negras, de mulheres negras em cargo de direção etc. Ainda falta muito para retirar do imaginário social o preconceito do lugar determinado à mulher negra, mas também temos que admitir que avançamos bastante.

**Quais os principais programas dedicados às mulheres, pela Seppir, e quais são os principais resultados obtidos?**

A Seppir não tem como prioridade a questão de gênero, mas sim, a população negra em geral. Sabemos que a condição de vida das mulheres negras, geralmente é pior, até que a dos homens negros – e dados estatísticos governamentais e não-governamentais ratificam isto todo o tempo – o que faz com que grande

parte de nossas ações tenha, como alvo direto, as mulheres negras. Podemos citar exemplos, como o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Promoção do Emprego e Erradicação da Pobreza, realizado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho; o Plano Setorial de Qualificação das(os) Trabalhadoras(es) Domésticas(os), considerando o alto contingente de mulheres negras na categoria; o Programa Brasil, Gênero e Raça, que busca identificar práticas discriminatórias nas relações de trabalho a partir das Delegacias Regionais do Trabalho, por intermédio dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação. Estas são algumas ações que são desenvolvidas aliando as temáticas raça e gênero.

**Na sua opinião, como está a auto-estima da mulher negra brasileira? Ela está se valorizando mais, tomando conhecimento dos seus direitos e lutando para que sejam respeitados?**

Os direitos das mulheres vem sendo debatidos em diferentes fóruns e espaços que aliam poder público e sociedade civil. Em 2004, por exemplo, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, aqui em Brasília, que contou com ampla participação nacional em todo o processo preparatório. Neste ano, realizamos a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e entre os 12 temas debatidos no país inteiro, a temática Mulheres Negras mobilizou grande número de participações e de propos-

tas. Estas ações são exemplos não só de que as mulheres estão muito mais atentas aos seus direitos e exigem muito mais respeito, dignidade e cidadania, quanto que o poder público também deve se capacitar para compreender este cenário. A participação das mulheres negras em diversos espaços de luta pelos seus direitos não é nenhuma novidade, porque desde a escravização negra elas foram constantemente guerreiras contra este sistema de desumanização de todo um povo. A história oficial é que omitiu muitos

**“A HISTÓRIA OFICIAL OMITIU MUITOS DOS FATOS DE LUTA DAS MULHERES NEGRAS EM PARTICULAR”**

dos fatos de luta da população negra em geral e o papel das mulheres negras, em particular. Talvez a sociedade brasileira é que esteja mais atenta.

**Uma mulher negra, a secretária de Estado, Condoleezza Rice, pode ser eleita presidente do país mais poderoso, os Estados Unidos, em 2008. Como a senhora vê essa possibilidade? É um exemplo para o Brasil?**

A conjuntura política dos

EUA é um assunto que foge da alçada desta Secretaria. Obviamente, é muito bom ver que afroamericanos como Colin Powell e Condoleezza Rice chegaram a cargos elevados na nação mais rica do globo. Mas não se pode responder a uma possibilidade, quando a candidatura não é nem ao menos oficial. Para as mulheres negras brasileiras, contam muito mais as iniciativas e a ascensão de negras que pertençam a sua mesma cultura e realidade social.

**Aproveitando que esta edição circula no Dia Internacional da Mulher, qual a mensagem a senhora gostaria de deixar às nossas leitoras?**

As mulheres, organizadas em diversos setores do movimento social, saem às ruas comemorando as conquistas e também apresentando a sua visão sobre a sociedade e sobre os governos, demonstrando a necessidade de avanço das políticas públicas para a melhoria de sua qualidade de vida. E todas as atividades são de extrema importância, porque são uma forma histórica de manifestação. As mulheres, e em especial as negras e indígenas, compõem os grupos sociais mais atingidos pela não-inclusão social e pelo histórico de invisibilidade nas necessidades específicas. Compete a todas as pessoas da sociedade – homens e mulheres, governo e sociedade civil – participarem de toda essa movimentação, considerando que é papel de todos nós consolidar os direitos de todas as cidadãs e cidadãos.



# Mulheres índias se unem na defesa de seus direitos e sua cultura

Organização deu mais força para conquista de políticas públicas específicas

Fotos: Antônio Carlos



*O baixo preço do artesanato, uma das fontes de renda das comunidades indígenas, é um dos principais problemas*

## Manaus

“**N**ão somos feministas, queremos lutar para que nossos direitos, como mulheres, e a cultura do nosso povo sejam reconhecidos e respeitados”. É desta forma que a índia Débora Tanhuare, da etnia Baikari, do Estado do Mato Grosso, define o movimento de mulheres indígenas que, na história recente, tem conquistado espaço e voz em importantes fóruns de debate sobre políticas públicas no País.

Tanhuare é uma das três coordenadoras do Departamento

de Mulheres da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), criado em 2003 por decisão de 70 líderes de 30 povos indígenas da Amazônia, durante o I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, em 2002, em Manaus.

A realização do I Encontro de Mulheres e a criação do Departamento são importantes conquistas das mulheres indígenas da Amazônia que, até bem pouco tempo, tinham uma participação pequena e silenciosa nas lutas do movimento

indígena. “Começamos a entender que nossa participação é importante, não só por causa de nossa luta específica, mas para fortalecer o movimento indígena como um todo”, afirma Tanhuare.

A decisão de ampliar a participação e de dar voz às suas preocupações surgiu de uma diversidade de problemas enfrentados em suas comunidades, como a violência sexual e alta incidência de doenças sexualmente transmissíveis. Somam-se a esses problemas, o índice crescente de alcoolismo entre

homens e jovens; a escassez de alimentos; a precariedade de serviços de saúde e educação, os baixíssimos preços para o artesanato que produzem e a falta de políticas públicas eficientes que garantam os direitos diferenciados dos índios.

O quadro se agrava com o elevado número de índias que migram para os grandes centros urbanos em busca de dias melhores. A migração para a cidade potencializa a discriminação, a exemplo da exploração de jovens índias submetidas a jornadas intensas de trabalho doméstico, muitas vezes, sem qualquer remuneração. Dados do Censo 2000 do IBGE mostram que das 289.785 índias do país que

exerciam alguma atividade econômica, 171.634 não tinham rendimento.

O movimento de mulheres indígenas que se fortalece na Amazônia quer mudar este quadro de desigualdade, a partir da conscientização, de organização e de qualificação. “Temos como prioridade, neste ano, realizar mais cursos de formação política e de elaboração de projetos para obter recursos”, diz Tanhuare, ao destacar que a precariedade de recursos públicos compromete o desenvolvimento de projetos na área da saúde, educação e geração de renda.

Além do Departamento de Mulheres da Coiab, há um conjun-

to de organizações que ganham expressão na Amazônia. Atualmente, são 16 voltadas à causa da mulher indígena. A pioneira, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) tem 21 anos e congrega 216 mulheres da região noroeste do Amazonas. A AMARN realizou, neste ano, a 1ª Oficina de Artesanato das Mulheres Indígenas, que reuniu 22 mulheres em Manaus. “Este foi apenas o começo de um grande projeto que temos de qualificação, que entendemos que é fundamental para nós, mulheres indígenas, mas que depende de recursos sempre escassos”, destacou Rosa Saldanha, secretária da AMARN.

## Jacimar é um dos símbolos de superação e liderança

Símbolo de luta e resistência, Jacimar de Almeida Gouveia, ou Mara Kambeba como é conhecida no movimento indígena, tem sua história de vida marcada pelas dificuldades que centenas de mulheres índias enfrentam. Aos 14 anos, saiu da comunidade do Camatiã, no Alto Solimões, sudoeste do Amazonas, para Manaus, para escrever uma história diferente para seu povo.

Hoje, aos 34 anos, é a primeira índia da região a ocupar uma cadeira de titular no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. É também presidente do Instituto de Referência e Apoio à Saúde Indígena e conselheira do projeto Vigilância e Controle de Doenças, do Banco Mundial.

“Não é um caminho fácil bus-

car o respeito às nossas tradições e aos nossos direitos. A gente tem que fazer acontecer para que as políticas públicas se adequem a nós”, ensina Mara Kambeba, que se emociona ao lembrar da sua primeira conquista. Aos 13 anos, convenceu o pai a não entregá-la em casamento, como recomendavam os religiosos catequistas da sua comunidade.

Em Manaus, seguiu trajetória comum às índias que migram para a cidade: foi doméstica, sofreu assédio e percorreu linhas de produção de indústrias, com salários menores que os de brancos e homens. Mas resistiu, estudou, qualificou-se e manteve voz ativa na defesa de seus direitos e do seu povo.



Jacimar Kambeba é a primeira índia a ter cadeira de titular no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

# Somos diferentes, mas não desiguais

ONG paulistana ensina professores a combater o racismo na sala de aula, mostrando aos alunos a real história do negro

## São Paulo

Imagine a cena: uma menina branca, de nome Maria, vive numa sociedade em que os negros são a classe dominante. Pobre, ela estuda num colégio particular porque sua mãe é a faxineira, o que lhe rendeu uma bolsa. Só que Maria é hostilizada na escola por conta de sua cor e sua condição social. Apesar das dificuldades e do preconceito – afinal, ela faz parte da minoria branca – ela quer ser miss festa junina. Para isso vai contar apenas com o apoio da amiga, que é negra.

Achou a idéia interessante? Pois bem esse foi um dos caminhos que o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) encontrou para levar à escola a discussão sobre igualdade racial. Lançado em 2004 pela ONG paulistana, o vídeo “*Vista a minha pele*” (roteiro de Joel Zito Araújo) é uma paródia da realidade brasileira e já foi distribuído para mais de duas mil escolas públicas do País. “Quando desenvolvemos o projeto em São Paulo, entregamos um vídeo para cada Coordenadoria de Ensino, que o colocou à disposição dos professores”, conta Cristina Teodoro Trinidad, pedagoga e coordenadora de projetos do Centro. O objetivo era trazer para a sala de aula a discussão sobre racismo, mirando crianças entre 12 e 16 anos.

Embora seja uma das ações

mais conhecidas do Ceert, essa não é a única. Desde 1990, quando foi criada, a ONG atua na área de educação, mesclando o combate ao racismo com programas de pesquisa e de promoção da igualdade racial em vários segmentos da sociedade. Hoje, a entidade tem como objetivo atuar na educação para a cidadania, nas políticas públicas, no direito, nas relações raciais, na saúde, na diversidade no trabalho, na liberdade de crença e no combate à intolerância religiosa. Onde houver algum tipo de discriminação, lá estará a equipe de combate do Ceert. “Trabalhamos, por exemplo, com a formação de profissionais de recursos humanos para diminuir a questão da discriminação e do preconceito nas empresas”, explica Cristina.

Mas é realmente na área de educação que o Ceert se destaca. A ONG já realizou parcerias com prefeituras e delegacias de ensino para promover seminários e, num efeito multiplicador, formar educadores mais conscientes do seu papel social de informar e formar jovens. Em 2004, por exemplo, realizou cursos para educadores da rede municipal de Campinas, no interior de São Paulo, com o objetivo de sensibilizá-los e capacitá-los para a importância de trabalhar as relações raciais em prol do desenvolvimento escolar das crianças.



Cristina Teodoro conta que Ceert trabalha também com a formação de profissionais de recursos humanos

“Já formamos, a partir da bibliografia afro-brasileira disponível na Secretaria Municipal de Educação, 1.600 profissionais de todas as regiões de São Paulo para a inclusão da temática racial na sala de aula”, esclarece Cristina.

Hoje, um dos projetos mais recentes da ONG é o “Relações raciais na educação infantil”, em parceria com o Instituto Avisa Lá (organização não-governamental voltada para a educação infantil). “A idéia é desenvolver metodologias que possam fazer com que as crianças, em sala de aula e desde pequenas, se percebam diferentes, mas não desiguais.



## Prêmio Educar promove as boas práticas na área de educação

Para estimular o trabalho de educadores que criam mecanismos para discutir e promover a igualdade na sala de aula, o Ceert criou, em 2002, o Prêmio Educar para a Igualdade Racial. “Tivemos essa idéia, porque sabíamos de professores tomando iniciativas importantes para promover a temática da igualdade racial na sala de aula”, conta Júlia Rosemberg, psicóloga e coordenadora do programa de Educação da entidade.

Idealizado para acontecer a cada dois anos, na sua primeira edição, em 2002, o prêmio já contou com 210 inscritos de 19 estados – a única região que ficou de fora,

na época, foi a Norte. Em 2004, no entanto, esse número pulou para 314 participantes de todos os estados. A maioria das experiências foi protagonizada por mulheres. “O percentual de professores brancos e negros participantes é praticamente igual”, diz Julia. Este ano, acontece a terceira edição e as inscrições, que começaram no dia 13 de fevereiro, prosseguem até 15 de abril.

O prêmio, que é patrocinado pelo Banco Real, oferecerá R\$ 9 mil para o primeiro colocado, R\$ 5 mil para o segundo e R\$ 3 mil para o terceiro. Mais informações podem ser obtidas no site da ONG: [www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br).



Júlia Rosemberg, coordenadora do programa de Educação, destaca participação equivalente de brancos e negros

Divulgação

## Meta da CUT é erradicar toda forma de discriminação

No 7º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, realizado em Brasília, de 25 a 27 de novembro de 2005, não se discutiu, apenas, o que ainda precisa ser feito para erradicar a desigualdade entre homens e mulheres. Lá, na presença de 204 participantes – entre delegados, observadores, representantes da Executiva Nacional da CUT, do governo, parlamentares, organizações sindicais internacionais, universidades, ONGs e outras entidades – não deixou de vir à tona a questão do racismo no mercado de trabalho.

Segundo Maria Ednalva Bezerra de Lima, secretária Nacional

sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, embora a política da central seja acabar com a discriminação de forma mais geral, a questão da mulher negra se destaca. “Quando olhamos para o mercado de trabalho, o racismo aparece, porque a mulher negra ganha menos que o homem”, diz ela. “Nossa política é erradicar as desigualdades. Mas isso não nos impede de defender, por exemplo, medidas que tenham impacto numa política de redução de todo e qualquer tipo de desigualdade. Por isso, por exemplo, defendemos as cotas para negros nas universidades”.



Para Maria Ednalva, da CUT, as desigualdades afetam mais fortemente as mulheres negras no mercado de trabalho

Divulgação

# Cinema mostra que a mulher vem ampliando espaço de atuação

Papel evoluiu da fragilidade e dependência à liderança nas transformações sociais



Em *Sete Mulheres*, Anne Bancroft salva a vida de outras seis mulheres de uma missão religiosa sacrificando a sua própria

O cinema, na primeira metade do século XX, costumava tratar a mulher como alguém dependente de um herói, que deveria salvá-la do vilão ou de situações difíceis. Ela sofria maus-tratos, era humilhada ou simplesmente servia para que o mocinho se apaixonasse e terminasse o filme com um final feliz. Enfim, a beleza e a fragilidade eram características do universo feminino. Com isso, jamais seria a protagonista.

Um dos exemplos é o filme “O Circo” (1928), de Charles Chaplin (Carlitos). Nesse caso, o vilão é o pai de uma trapezista, que a castiga porque ela comete falhas em seu número e prejudica a bilheteria. Nesse filme havia a figura do pai cruel, au-

toritário e de Carlitos, que ajudaria a mocinha a se livrar do jugo paterno.

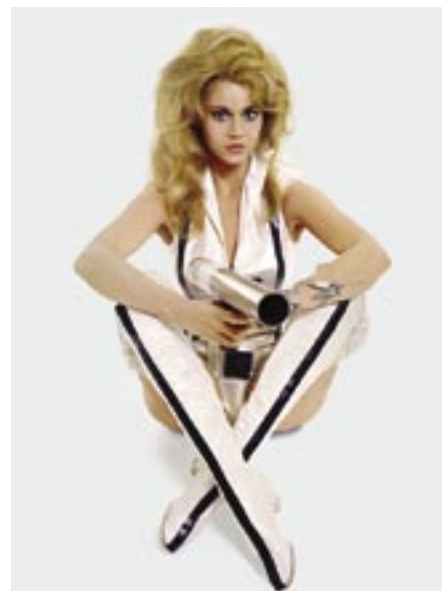
A partir dos anos 60, ainda que a beleza com um toque de sensualidade continuasse sendo um dos pré-requisitos essenciais para as atrizes, as mulheres passaram a surgir como personagens principais.

Em “Sete Mulheres” (1966), Anne Bancroft é uma médica (no papel de heroína) que entra em choque com o moralismo religioso de uma missão americana, na China. E que salva as outras mulheres, que conviviam com ela (no papel de indefesas), dos invasores mongóis, sacrificando a própria vida.

Um outro exemplo é “Barbarella” (1968). Nesse filme de ficção

científica, que se passa no século XXI, Jane Fonda (que acabou se tornando símbolo sexual) faz uma agente cuja missão é impedir que uma nova arma seja disseminada na Terra – onde as guerras eram coisas do passado – e garantir a paz no Universo.

A luta contra o preconceito racial é a tônica de “Uma História Americana” (1990), que tem Whoopi Goldberg (Odessa) e Sissy Spacek (Miriam Thompson) como atrizes principais. Nesse filme, cuja história se passa em 1955, a comunidade negra decide boicotar os ônibus numa cidade do Alabama (EUA), onde os negros eram obrigados, por lei, a viajar em pé e no fundo dos coletivos, depois que uma senhora



Sensualidade foi a marca de Barbarella, no qual Jane Fonda interpreta, como protagonista, uma agente





Julia Roberts interpreta o papel de uma mulher que consegue desvendar um mistério envolvendo transações imobiliárias

negra foi presa por se recusar a dar lugar a um branco. Odessa, mãe de três filhos, faz uma longa caminhada de ida e volta ao trabalho e a patroa, Miriam, decide buscá-la duas vezes por semana, sem deixar seu marido saber. Quando ele descobre, a proíbe de forma violenta.

Imagine uma mulher recém-divorciada, com baixa escolaridade e três filhos para criar. Para piorar, está desempregada e perde o processo contra o motorista que bate em seu carro. Mas essa mulher dá um exemplo de superação com um toque de heroísmo em “Erin Brockovich” (2000), também baseado em história real, que tem Julia Roberts no papel-título. Ela consegue emprego de arquivista na empresa de advocacia que ganhou a causa em favor do motorista. Tudo começa a mudar quando passa por suas mãos uma papelada sobre uma operação de compra e venda de imóveis envolvendo uma poderosa organização de utilidade pública – a Pacific Gás & Eletric Company, PG&E – e

moradores de uma pequena localidade na Califórnia. Erin fica intrigada com a presença de laudos médicos numa questão patrimonial e luta para decifrar o mistério, com a ajuda do seu chefe. Ela ouve moradores e coleta informações até descobrir que o cromo-6, usado para tirar ferrugem das máquinas e liberado durante anos pela PG&E, teria contaminado os lençóis freáticos na região. Essa contaminação seria a causa de várias doenças, inclusive câncer. Erin luta para convencer as vítimas a reivindicar seus direitos e consegue procurações de mais de 600 famílias. A ação é formalizada e a Justiça condena a empresa a pagar indenização de quase US\$ 400 milhões. Como recompensa, Erin é promovida no escritório e embolsa US\$ 2 milhões. Isso é que é virada.

Julia Roberts também é a estrela de “Sorriso de Monalisa” (2003), história que se passa em 1953, época em que o papel das mulheres ainda era determinado pela família e pelos homens. Julia é a professora de his-

tória da arte, Katherine Watson, que causa revolução no ensino da faculdade feminina Wellesley College.

A professora desafia as autoridades e as regras conservadoras ao mostrar às suas alunas que elas podem ter uma vida diferente da imposta pela sociedade, limitada ao relacionamento homem-mulher como fonte de realização. E, o mais importante, ser o que elas gostariam de ser.

Um exemplo mais recente de mulher que vai à luta contra as injustiças, arriscando a própria vida, está num filme dirigido pelo brasileiro Fernando Meirelles. Em “O Jardineiro Fiel” (2005), Tessa Quayle (Rachel Weiss), uma ativista de direitos humanos, reage contra a utilização, por uma companhia multinacional farmacêutica, de mulheres africanas como cobaias em testes de medicamentos ainda em fase experimental. Ela começa a desvendar a rede de corrupção e acaba assassinada pelo crime organizado, que conta com a conivência do governo britânico.



Whoopi Goldberg fez o papel de Odessa no filme que contou a história da revolta contra o racismo nos ônibus



# Senado atrasa votação do Fundeb e frustra

Texto em tramitação representa importante avanço em relação ao projeto original. Piso Salarial Profissional

**A** Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal frustrou as expectativas da sociedade e dos trabalhadores em educação ao não aprovar, dia 14 de fevereiro, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 415/05), do Executivo, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o que viabilizaria a votação do texto em plenário ainda durante a convocação extraordinária.

Até o fechamento desta edição, parlamentares comprometidos com a aprovação da PEC tentavam assegurar a aprovação do projeto antes da conclusão do orçamento 2006 e, dessa maneira, garantir recursos para a vigência do fundo ainda este ano. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que há dez anos luta pela substituição do Fundef pelo Fundeb, decidiu aprofundar a mobilização da categoria junto aos senadores – a exemplo do que fez quando da tramitação na Câmara, quando representantes da CNTE marcaram presença constante na Casa – e em suas bases eleitorais por meio de seus sindicatos locais. Na Câmara, a criação do fundo foi aprovada por esmagadora maioria, em segundo turno, no dia 2 de fevereiro (dos 403 deputados presentes, apenas dois votaram contra e dois



Juçara Vieira (E), presidente da CNTE, Raquel Guisoni, vice, e diretores ouvem, dia 8 de fevereiro, do senador Antônio Carlos Magalhães, presidente da CCJ, promessa de agilizar votação

se abstiveram).

A CNTE contribuiu de forma decisiva no texto final em relação à proposta enviada pelo Executivo, apresentando emendas que acabaram acatadas. Entre elas se destacam a criação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e a inclusão das creches, estratégicas para a emancipação da mulher na medida em que liberam as mães para o mercado de trabalho e auxiliam o futuro desempenho escolar dos estudantes **(Leia texto na página 36)**. Também foram incluídas propostas da CNTE relativas aos 10% de complementação da União e a vinculação de novos recursos, uma

vez que o salário-educação deverá ser estendido a toda educação básica.

O Fundeb substituirá o Fundo da Educação Fundamental (Fundef), ampliando a abrangência de financiamento para educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos. O Fundef vincula a aplicação de recursos apenas ao ensino fundamental e termina em dezembro deste ano, quando se completam dez anos de sua criação.

A aprovação do Fundeb garante a complementação da União sempre que o valor mínimo por aluno, nos estados e Distrito Fede-

# Mostra trabalhadores em educação

O Plano Nacional e a inclusão das creches são dois exemplos de melhorias asseguradas pela mobilização da Confederação

ral, não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

O fundo terá duração de 14 anos e a verba destinada pela União para suplementá-lo será de R\$ 2 bilhões no primeiro ano, R\$ 2,85 bilhões no segundo, R\$ 3,7 bilhões no terceiro e R\$ 4,5 bilhões no quarto ano. A partir do quinto ano a complementação será de 10% do seu valor total. A expectativa é que no começo as regiões Norte e Nordeste, onde estão os estados mais carentes, sejam as mais beneficiadas.

A distribuição dos recursos proporcionalmente às matrículas também será gradual no caso da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos. No primeiro ano, serão considerados 25% das matrículas; no segundo ano, 50%; no terceiro ano, 75%; e no quarto ano, a totalidade das matrículas. Para o ensino fundamental e a educação especial, continuará a ser considerada a totalidade das matrículas.

A PEC determina também que os recursos dos fundos aplicados pelos estados e municípios deverão ser utilizados exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária. Aos municípios cabe a atuação no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os estados cuidam dos ensinos fundamental e médio.

Juçara Dutra Vieira, presidente da CNTE, afirma que a aprovação



Representantes da CNTE marcaram presença na Câmara dos Deputados para assegurar votação e garantir que texto seguisse logo para o Senado

do Fundeb propiciará avanços na luta dos trabalhadores em educação, com destaque para o Piso Salarial Profissional Nacional e as Diretrizes Nacionais de Carreira, duas reivindicações históricas dos trabalhadores em educação e essenciais para garantir uma melhor qualidade à educação pública.

Para ela, o PSPN deve ser conquistado porque seu pleito tem base na realidade financeira dos estados e municípios a partir da implantação do Fundeb, mas é evidente que exige uma complementação da União.

“O piso nacional é fundamental para a valorização dos profissio-

nais de educação e para combater a falta de professores e funcionários nas escolas”, afirmou Juçara.

Uma lei federal deverá tratar da organização do Fundeb em cada estado da Federação e no Distrito Federal, da distribuição proporcional de seus recursos, das diferenças quanto ao valor anual por aluno entre as diversas etapas da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino. A lei também estabelecerá a forma de cálculo do valor mínimo por aluno, a fiscalização e o controle dos fundos, o piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica e seus planos de carreira.

## Confederação propôs Piso Salarial Nacional

Historicamente, a CNTE defende o financiamento por meio dos recursos vinculados e do aumento do PIB para a educação básica. Porém, o Pacto Federativo e a divisão de responsabilidades dos entes federados tornam as verbas insuficientes para o pleno atendimento do direito da população brasileira à educação pública de qualidade.

Por esta razão, a Confederação, há dez anos, tem defendido o Fundeb como uma política pública

essencial para resgatar a dívida social brasileira, a qualidade da educação e a valorização de seus profissionais, especialmente porque possibilita instituir o piso salarial profissional nacional conjugado à formação e a carreira de todos os profissionais da educação (professores, especialistas e funcionários). A luta, agora, é assegurar na lei de regulamentação do piso bons alícerces para sua implementação.

Mesmo considerando que se trata de uma política educacional

transitória – sua duração será de 14 anos – espera-se que, a partir do quinto ano, quando o fundo estiver funcionando em sua plenitude, o Congresso reveja pontos que hoje a CNTE considera essenciais para a melhoria do padrão de qualidade, tais como ampliar a base de arrecadação de 20% para 25% dos impostos (estados e municípios) e destinar 80% dos recursos para o pagamento de salários dos trabalhadores em educação, além de outros que se mostrarem necessários.

## Vaga em creche no DF pode levar mais de dois anos

Encontrar uma vaga em creche é uma tarefa difícil. No Centro Comunitário Criança, em Ceilândia (DF), por exemplo, as mães chegam a esperar, em média, dois anos e meio. No início e no meio do ano, os pedidos chegam a 25 por dia. A média nos outros meses é de dez solicitações diárias.

O Centro foi fundado, há 20 anos, por Luzia de Lourdes Moreira de Paula, 50, que dirige a instituição. Segundo ela, se não for realizado um trabalho efetivo de políticas públicas, que não têm chegado onde realmente são necessárias, as crianças carentes sofrerão graves conseqüências.

As mães que vivem em comunidades mais pobres, e não contam com creches, têm de optar entre ficar com os filhos e passar fome junto com eles, deixá-los sozinhos ou com os irmãos mais velhos,



No início do ano, o Centro Comunitário Criança, em Ceilândia, periferia de Brasília, chega a receber 25 pedidos por dia

conseguir autorização dos patrões para levá-los ao local de trabalho ou recorrer a profissões com horários mais flexíveis. Aí, a solução pode estar na faxina ou na prostituição.

Luzia, responsável pela atenção a 320 crianças, explica que a

maioria das mães sequer tem o dinheiro da passagem para poder deixar seus filhos na instituição e aponta uma saída: “O ideal seria que, para cada escola já construída ou a construir, fosse também erguida uma creche”.



# Educação e a imagem da mulher nos livros didáticos



Odisséia Pinto de Carvalho | Secretária de Relações de Gênero da CNTE

**V**ivemos em uma sociedade que nos ensina, a cada dia, o lugar que devemos ocupar. Seja por meio das lendas e dos mitos ou, especialmente no caso da universalização da escrita e da leitura, por meio dos livros que, assim, passam a ser transmissores da nossa cultura, de valores sociais, muitas vezes, reproduzindo a sociedade.

Quando lemos uma história, uma lenda, contamos uma fábula, ensinamos e aprendemos os valores que estão nelas contidos. E as mulheres? Quais espaços sociais foram dados a elas ao longo da história? Por que as mulheres geralmente não aparecem nos livros como pessoas importantes?

Hoje, quando discutimos a respeito da violência sobre as mulheres, somos tentados a pensar na violência física e individualizada, nas mulheres, por exemplo, que apanham e são humilhadas.

Mas a violência que nos chega pelos jornais, rádios, televisão, na mídia e principalmente pelos livros didáticos é muito mais cruel, pois constrói, socialmente, uma imagem negativa da mulher no imaginário das crianças, jovens e adultos. Então, qual a visão do papel da mulher na construção da sociedade que nos é apresentada pelos livros didáticos, principal-

mente do Ensino Fundamental?

A mulher está geralmente em situação de subordinação, realizando trabalhos domésticos, cuidando dos filhos e em situação de consumo. A família é apresentada sem conflitos, com papéis demarcados: o pai é o que trabalha e traz o dinheiro para casa, a mãe é a rainha do lar e a empregada

**“A VIOLÊNCIA QUE NOS CHEGA PELA MÍDIA CONSTRÓI UMA IMAGEM NEGATIVA DA MULHER”**

geralmente é negra, pobre e feliz. Simulam uma sociedade harmônica, o que prova que a escola não é neutra. Ela está vinculada a um modelo de sociedade cujo sistema econômico e político é excludente.

Mas, ao mesmo tempo que a escola reproduz relações sociais, também é um espaço possível de luta e de denúncias da domesti-

cação e das desigualdades de gênero. A categoria dos educadores é, majoritariamente, de mulheres, portanto deve-se refletir sobre seu papel e espaço na nossa sociedade. Não podemos permitir que a inferioridade das mulheres continue a ser vista com naturalidade.

É necessário garantir a escolha de livros didáticos que não sejam discriminatórios, mas que resgatem a história de luta e coragem das mulheres.

## Referências bibliográficas:

\***ABRAMOVAY, Miriam.**

Violências nas escolas: versão resumida - Brasília:

Unesco Brasil, Rede Pitágoras, Instituto Ayrton Senna, Banco Mundial, Unaiids, Fundação Ford, Consed, Undime, 2003.

\***Marcadas a Ferro** - Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005. 260p.

\***ARANHA, Maria Lúcia de Arruda.**

Filosofando: introdução à filosofia/Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins - São Paulo: Moderna, 1986.

\***MURARO, Rose Marie, 1973.**

A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro/Rose Marie Muraro - Rio de Janeiro, 3ª ed. Rosa dos Tempos, 1993.

# Prevenção ainda é o melhor remédio

Inca estima em 49 mil o número de novos casos de câncer de mama e em 20 mil o de colo de útero para este ano.

A boa notícia é que tratamentos são mais eficazes

**RIO DE JANEIRO**

Fotos: Gabriel Andrade

**R**adioterapia, quimioterapia, mastectomia. Basta ouvir uma dessas palavras para deixar em pânico a maioria das mulheres. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), este ano, o número de novos casos de câncer de mama, o primeiro entre a população do sexo feminino, deve ficar em torno de 49 mil. Em seguida vem o câncer de colo de útero, que deve chegar a quase 20 mil novos casos em 2006. Para reduzir os riscos do câncer de mama é preciso examinar os próprios seios pelo menos uma vez por mês. Quem tem mais de 40 anos deve consultar-se com o ginecologista e fazer mamografia anualmente.



Luiz Mathias explica que câncer de colo de útero está se desenvolvendo em pessoas cada vez mais jovens

O chefe do Serviço de Ginecologia Oncológica do Inca, Luiz Figueiredo Mathias, alerta para uma mudança importante no perfil etário das pacientes com câncer de colo de útero. A doença está se desenvolvendo em pessoas cada vez mais jovens, na faixa entre 20 e 30 anos. Até bem pouco tempo, praticamente só atingia mulheres acima dos 40 anos. O especialista atribui essa mudança ao fato de a vida sexual começar cada vez mais cedo. Como o câncer de colo, em geral, é causado por um vírus, o HPV (Papiloma Vírus Humano), sexualmente transmissível, quanto mais cedo for a atividade sexual, maior o risco da doença. O exame preventivo conhecido como Papanicolau – disponível na rede pública de saúde – deve estender-se a jovens com vida sexual ativa.

Oncologistas alertam que a recomendação de que “quanto mais cedo melhor” ainda é a melhor arma contra a doença. A possibilidade de cura no câncer de mama detectado logo no começo alcança 90% dos casos, e a do colo de útero chega a 94%.

Para as mulheres que já enfrentam a doença, existem boas notícias sobre o tratamento de câncer. Os métodos hoje tornaram-se menos agressivos. Até mesmo as cirurgias são menos mutilantes.

## Estimativa de incidência de câncer para 2006

(por grupos de 100.000 mulheres)

Estados	Mama/Colo de útero
RR	11,37 / 19,4
AM	16,09 / 29,29
AC	11,62 / 13,68
RO	16,91 / 13,24
AP	11,96 / 23,27
PA	15,33 / 21,34
TO	14,71 / 19,28
MA	9,54 / 16,65
PI	17,37 / 19,83
CE	34,82 / 18,51
RN	31,88 / 16,11
PB	18,97 / 8,4
PE	44,03 / 22,16
AL	18,76 / 13,66
SE	27,88 / 22,9
BA	24,87 / 13,86
GO	34 / 21,56
MT	25,48 / 20,04
MS	46,59 / 26,53
MG	42,82 / 14,47
ES	44,17 / 27,3
RJ	96,95 / 26,64
SP	75,45 / 18,67
PR	56,7 / 27,52
SC	53,74 / 22,55
RS	88,81 / 30,09

Fonte: Inca

# Solidariedade faz parte do tratamento nos hospitais públicos

A ação solidária das voluntárias já se incorporou à rotina dos hospitais sempre lotados. A professora aposentada Maria Soares chega diariamente às 10h ao Hospital do Câncer II, no centro do Rio, e visita pacientes antes de ir para sua sala. “Uma de nossas primeiras ações foi personalizar os leitos para combater a perda de identidade. Prendemos uns cartões coloridos no leito com o nome da pessoa. Isso melhorou bastante a disposição das mulheres”.

Manter elevado o ânimo das pessoas em tratamento é um dos principais objetivos das voluntárias. A oficina de auto-estima, em parceria com a Natura, oferece maquiagem, limpeza de pele e manicure a internadas e acompanhantes. O grupo desenvolve ainda oficinas de artesanato para pacientes em tratamento ambulatorial. As voluntárias distribuem cestas de alimentos e vales-transporte, encaminhados pelo Serviço Social, e organizam as festas de Natal, Dia das Mães e Dia Internacional da Mulher.

Uma vez por semana, enfermeiras, psicólogas, nutricionistas e assistentes sociais fazem palestras para esclarecer dúvidas de acompanhantes. A coordenadora do grupo no HC II é a gerente de risco sanitário da unidade, a enfermeira Solange Esteves Nogueira de Oliveira. “O tratamento não termina no hospital. É preciso que os acompanhantes saibam como cuidar dos pacientes também em casa. Isso ajuda a recuperação”.



Grupos de ajuda trabalham para manter elevada a auto-estima. Um dos objetivos é evitar a despersonalização

## Fatores de risco

### Câncer de Mama:

- Mulheres com a doença no histórico familiar
- Mulheres acima de 40 anos.
- Portadoras de câncer de útero, endométrio ou ovário
- Portadoras de doenças benignas nas mamas
- Mulheres que tiveram a primeira menstruação antes dos 12 anos
- Mulheres que entraram na menopausa após os 50 anos
- Mulheres que tiveram a primeira gravidez após os 35 anos
- Mulheres com problemas de obesidade
- Mulheres que usam hormônios
- Mulheres que nunca amamentaram

### Câncer de Colo de Útero:

- Infecção por HPV - Papiloma Vírus Humano
- Infecção por HIV ou Herpes
- Vida sexual promíscua
- Tabagismo
- Início precoce da vida sexual
- Várias doenças sexualmente transmissíveis



# Federação oferece cursos de qualificação

Fundada há cinco anos, entidade representa oito milhões de profissionais e congrega 52 sindicatos d



*Organização das trabalhadoras domésticas tem contribuído para fortalecer a luta da categoria por melhores condições de trabalho*

## SALVADOR

**N**um país como o Brasil, em que o desemprego é um fantasma que assombra milhares de pessoas, estejam elas munidas ou não de conceituados diplomas e certificações, a atividade doméstica pode significar não apenas uma profissão digna e honesta, mas a única saída para quem vive à margem da sociedade e sob o olhar pesado do preconceito social. Na Bahia, há cinco anos, um grupo de profissionais resistiu a toda sorte de barreiras, ao formar a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que congrega 52 sindicatos no Brasil e representa a voz das cerca de

oito milhões de trabalhadoras domésticas brasileiras.

Creuza Maria Oliveira é uma das fundadoras da Fenatrad e participou, em fevereiro, em Genebra, na Suíça, do Encontro Nacional de Trabalhadores. A presidente da federação, anteriormente, já participou de eventos similares em países como Chile, Guatemala, Peru, Bolívia e esteve no continente africano por duas vezes.

Há 22 anos atuando como trabalhadora doméstica em Salvador, Marinalva Barbosa, tem 38 anos e, pela segunda vez, executa a tarefa de presidir o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do

Estado da Bahia (Sindoméstico). Em sua fala, ela avalia a importância das conquistas de sua classe e destaca a relevância dos cursos oferecidos pela Fenatrad. “Mais do que representar um instrumento que amplia a mentalidade das trabalhadoras domésticas, os cursos contribuem para a qualificação profissional dessas mulheres e promove a elevação do grau de escolaridade”, define.

Marinalva Barbosa atualmente é responsável pela administração burocrática e política do Sindoméstico. Ela aponta que, a partir desses cursos, a profissional passa a reconhecer o valor so-

# Capacitação para trabalhadoras domésticas da Bahia

e todo o país

Fotos: Haroldo Abrantes

cial do trabalho doméstico e, como consequência, tem sua auto-estima elevada. “A discriminação sofrida pelas domésticas é tanta que as trabalhadoras têm dificuldade de assumir a profissão e se envergonham do ofício que escolheram para ganhar a vida”, comenta.

Um investimento da ordem de R\$ 1 milhão está sendo feito pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para custear os cursos, especialmente desenvolvidos para profissionais domésticas, em sete cidades brasileiras (Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Aracaju, Recife e São Luiz). As aulas integram o Programa de Valorização do Trabalhador Doméstico, que surge no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), desenvolvido pelo Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Edmilton Cerqueira é assessor político do Sindoméstico e, apesar de ser ferrenho em defender a importância dos cursos para a classe de domésticas, é enfático ao apontar que “este recurso ainda é muito pouco, mas é o começo de futuras vitórias”, diz. Ele informa que o subprojeto Curso de Qualificação Social e Profissionalização com Elevação de Escolaridade teve início em 16 de janeiro deste ano, simultaneamente, nas sete cidades contempladas pelo programa.

As aulas são ministradas, para 30 alunas, de segunda à sexta-feira, sempre das 18h às 22h. A carga horária é de 1.600 horas, que serão distribuídas ao longo dos próximos 12 meses.

O segundo subprojeto – Qualificação Social e Profissional para Fortalecimento da Organização das Trabalhadoras Domésticas – é voltado para organização sindical das trabalhadoras domésticas. “Este módulo prepara as alunas para elas conhecerem melhor seus direitos e deveres e ainda fornece os subsídios necessários para quem pretende atuar sindicalmente”, explica Edmilton Cerqueira. Este curso está sendo ministrado

para 20 alunas em cada uma das sete cidades e tem carga horária de 200 horas.

O assessor político do Sindoméstico destaca ainda que o terceiro subprojeto é responsável pela apresentação de políticas públicas para as trabalhadoras domésticas. “Este não é um curso e representa mais do que um momento em que se transmitem orientações. Na verdade, trata-se de processo que viabiliza ações de políticas públicas na área de moradia, saúde e direitos, dando com detalhes os procedimentos que devem ser tomados para se ter acesso aos benefícios destas áreas”, esclareceu o assessor.



Creuza, uma das fundadoras da Fenatrad, representa o Brasil em encontros no exterior. O último foi em fevereiro na Suíça

## Falta de registro profissional fere legislação



Para Marinalva Barbosa, do Sindoméstico, cursos contribuem para o reconhecimento do valor do trabalho da profissional

Para Marinalva Barbosa, a maior dificuldade enfrentada, atualmente, pela trabalhadora doméstica no Brasil é ter que se submeter a se empregar sem carteira assinada. Segundo ela, 70% das profissionais não são registradas. “Infelizmente, ainda é uma atividade que acaba sendo tratada como informal”, diz. De acordo com ela, “ainda fazem deste um trabalho escravo, onde se vê muitas trabalhadoras que não tiram férias, nem folga, recebendo quantias baixíssimas como R\$ 50 de salário, ou menos, ou mesmo em troca de comida e roupas usadas”, revela.

Outra grave questão abordada pela presidenta do Sindoméstico

co se refere à exploração do trabalho infantil. “Na região Nordeste, por exemplo, isto é muito comum”, frisa. A sindicalista explica que, não raro, a empregadora vai a uma cidade de interior e pega uma menina, com a promessa de matriculá-la em escola na cidade grande e remeter mensalmente a sua família uma ajuda financeira. “O que muitas vezes acontece é que essa jovem nem sempre vai poder estudar, acaba sendo mantida em cárcere privado e fazendo trabalho adulto”, denuncia.

“Assim, vemos muitas trabalhadoras domésticas, que são enviadas por seus parentes para receber uma vida melhor, enve-

lhecem sozinhas, perdendo seus vínculos familiares, sem direito a engravidar, adoecer, namorar ou ir para a escola”, aponta. “E muitas destas, no final da vida, são mandadas para asilos, para morrer abandonadas e sem referência de vida”, diz.

Marinalva, que concluiu o Ensino Médio estudando à noite enquanto trabalhava de dia, participa atualmente de um curso de dirigente sindical no Sindicato de Água e Esgoto da Bahia - Sindae. “Nós aprendemos sobre história do trabalhador e história sindical. As aulas são muito enriquecedoras e ampliam cada vez mais nossa visão de mundo”, frisa.



## Joselita: 18 anos, babá e aluna do Ensino Fundamental

Aos 18 anos, Joselita de Oliveira Lobo já possui quatro anos de experiência trabalhando como doméstica e babá, já tendo percorrido dez casas. Segunda filha mais nova de um carpinteiro e uma dona de casa, a jovem sonha com o dia em que vai poder se matricular num curso de enfermagem, carreira que sonha seguir desde menina. Em sua profissão, nunca teve carteira assinada e, em 2005, recebia apenas R\$ 200 como salário. Atualmente, ganha R\$ 250 por mês para cuidar da pequena Gabriela Rezende, de quatro anos, e simultaneamente assume as responsabilidades de administrar os afazeres do lar, num

apartamento de dois quartos no bairro de Brotas, em Salvador.

“Minha família ainda mora em Feira de Santana e sinto muitas saudades deles, das festas de São João no mês de junho e dos meus amigos”, revela Joselita, ou simplesmente Jô, como prefere ser chamada. Apesar da pouca idade, sente-se orgulhosa em dizer que possui larga experiência em lidar com crianças, uma de suas tarefas preferidas.

Ano passado, após completar 17 anos, Jô saiu de sua terra natal, Feira de Santana – a 113 km de Salvador -, para trabalhar e estudar. Está matriculada na escola pública Luís Vianna, também em Brotas, e

vai cursar a sétima e a oitava série este ano, no Programa de Ensino para Jovens e Adultos.

“Eu gosto mesmo é de cuidar de criança e de cozinhar. Vou treinando para quando tiver minha casa”, comenta sorrindo. Mesmo não atuando há muito como doméstica, Jô não esquece de uma experiência negativa. “Eu trabalhava durante uns meses para um casal que brigava muito. Depois de uma discussão, o marido sumiu com a filha deles por três dias e a minha patroa pôs a culpa em mim. Deu até polícia, mas ele voltou com a menina. Acabou tudo bem, mas fiquei muito abalada com o caso”, comenta.



*Joselita sonha em se tornar enfermeira. Enquanto isso, se sustenta cuidando de Gabriela em troca de um salário de R\$ 250*

# Elas semearam sonhos e, agora, colhem o desafio de governar seus países

Eleitores do Chile, Libéria e Alemanha entregam o poder às mulheres

**P**ela primeira vez na história, Chile, Libéria e Alemanha escolheram uma mulher para comandar o país. No Chile, a socialista Michelle Bachelet derrotou nas urnas, no dia 15 de janeiro, o empresário Sebastián Piñera, da oposição. Bachelet, médica pediatra de 54 anos e ex-ministra da Saúde e da Defesa, ganhou em 12 das 13 regiões do Chile e passa a ser a sexta mulher à frente de um país na América Latina. Será ainda a quarta presidenta eleita democraticamente na região após Violeta Barrios de Chamorro, da Nicarágua; Mireya Moscoso, do Panamá; e de Janet Jagan, da Guiana.

Em 11 de março, três dias depois do Dia Internacional da Mulher, substituirá o presidente Ricardo Lagos, socialista como ela, e dará continuidade à hegemonia da Concertação, coalizão de partidos de centro-esquerda que governa o Chile desde 1990, quando terminou a ditadura do general Augusto Pinochet.

“Que eu esteja aqui e seja a mulher presidenta do país é a prova de que o Chile perdeu seus medos. Quem poderia imaginar uma mulher aqui há vinte, dez ou cinco anos?”, afirmou no discurso da vitória.

Bachelet provocou lágrimas ao lembrar do pai, general da Força Aérea, Alberto Bachelet, morto depois de não suportar a tortura, na prisão, durante o regime de Pinochet.



*Michelle Bachelet dará continuidade à hegemonia socialista que governa os chilenos desde 1990, desde o fim da Era Pinochet*

“A violência entrou na minha vida, destruindo o que eu amava. Fui vítima do ódio, mas consegui convertê-lo em compreensão, tolerância e, porque não dizer, em amor”, disse.

A chilena é um exemplo da capacidade política das mulheres, que, no Brasil, apesar de importantes avanços, ainda têm um pequeno espaço político. Para a vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Raquel Guisoni, uma reforma eleitoral deveria garantir mais recursos e visibilidade para as mulheres. “O maior benefício do avanço político

das mulheres é o fato de levar a luta pela emancipação em todas as frentes”, diz a sindicalista, enfatizando que, em 2006, ano de eleição, é importante que se aumente o número de candidatas.

**Libéria** – A nova presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, 67 anos, eleita no dia 8 de novembro de 2005, no segundo turno, prestou juramento no dia 16 de janeiro. Ela terá um mandato de seis anos à frente da mais antiga república africana, fundada por escravos norte-americanos libertos em 1847. Sua vitória foi valorizada pelo fato de enfrentar um verdadeiro herói nacional: Geor-

ge Weah, escolhido pela Fifa o melhor jogador de futebol do mundo em 1995 e segundo melhor em 1996, atrás do brasileiro Ronaldo “Fenômeno”. O ex-jogador, de 39 anos, de origem pobre, é Embaixador da Boa Vontade no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a principal personalidade internacional do país africano.

Em seu discurso de posse, Sirleaf prometeu uma “profunda quebra” com o passado violento da região, que custou a vida de dezenas de milhares de pessoas. “Nós sabemos que seus votos foram para a mudança, para a paz, para a segurança... E nós ouvimos vocês.”

**Alemanha** – Angela Dorothea Merkel, 51 anos, é a primeira mulher a assumir o cargo de chanceler, equivalente a primeiro-ministro, na Alemanha. A nova chanceler, que tomou posse em novembro do ano passado, promete uma nova era.

O seu governo tem uma larga base de apoio no parlamento e no Conselho federal. Até ser eleita, essa filha de um pastor luterano e de uma professora teve de superar muitos obstáculos. Ela sofreu alguns ataques que nada tinham a ver com a política. Eram o reflexo de uma mentalidade machista, que não admitia uma mulher no comando de um dos mais importantes países da Europa e do mundo. O último a fazê-lo foi o próprio ex-chanceler Gerhard Schröder, seu adversário nas urnas, que depois das eleições, realizadas em setembro, disse publicamente que não podia conceber que o seu lugar passasse a ser ocupado por uma mulher. Mas mudou de idéia e votou em Angela Merkel, quando a decisão final coube ao Parlamento, em novembro.

## Superpotência pode se render à força feminina

Se as expectativas se confirmarem, os norte-americanos elegerão, pela primeira vez, uma mulher. Está se desenhando a disputa à Casa Branca entre Condoleezza Rice, pelo lado republicano, e Hillary Clinton, mulher do ex-presidente Bill Clinton, representando os democratas. E o resultado poderia ser ainda mais surpreendente: a vitória de uma negra: a cientista política Condoleezza, 50 anos.

A popularidade da ultraconservadora Rice (em torno de 60%) é importante para os republicanos, que buscam alguém capaz de derrotar a senadora pelo estado de Nova York e socióloga, de 57 anos, provável candidata democrata. Embora Condoleezza ainda não tenha confirmado sua intenção de disputar a sucessão de George W. Bush, já existe uma campanha não oficial nas ruas. Os democratas também já se manifestam: a frase “Hillary for President 2008” está estampada em adesivos e broches. Um deles, bem-humorado, proclama a volta do presidente Bill Clinton, que governou o país por dois mandatos (de 20 de janeiro de 1993 a 20 de janeiro de 2001), em encarnação feminina: “Bill para Primeira-Dama — 2008.”

A senadora e a secretária de Estado representam o ideário de seus partidos. Hillary pode significar o renascimento democrata depois do fiasco das últimas eleições, quando o senador John Kerry foi derrotado. Condoleezza Rice é



*A republicana Rice tem a seu favor um índice de popularidade de 60%. Bom cacife para enfrentar os democratas*



*A ex-primeira-dama Hillary Clinton teria nas mulheres, nos negros e nos hispânicos seus maiores alvos eleitorais*

uma típica representante do grupo mais aguerrido do partido republicano. Um “falcão” que reforça a tese de que os Estados Unidos têm o poder “divino” de intervir onde quiser, na defesa de seus interesses. Como Conselheira Nacional de Segurança, por exemplo, foi favorável à invasão do Iraque.

A briga pela Casa Branca pode se tornar mais acirrada porque a secretária de Estado exerce influência sobre três pilares dos democratas – as mulheres, os afro-americanos e os hispânicos – que Hillary escolheria como alvo preferencial.



# Rose Marie Muraro, uma vencedora

Movimento feminista obtém reconhecimento no Brasil por iniciativa do Parlamento. Nos Estados Unidos, Betty Friedan deixa herança de pioneirismo

“**U**ma Mulher Impossível”. É assim que Rose Marie Muraro se define em sua autobiografia. “Para mim, o possível é chato, porque é de antemão definido. Acho que nós, como disse a Clarice Lispector, podemos ser definidos de acordo com o que não somos. Não de acordo com o que já fizemos, mas com o que não fizemos, com o que vamos fazer”, afirmou em entrevista à revista portuguesa “Storm”, há quatro anos.

Forte, brilhante, determinada, notável são alguns dos adjetivos atribuíveis a essa autora de livros contestadores e inovadores. O primeiro deles “Mulher na Construção do Mundo do Futuro” foi publicado em 1966, nos tempos da ditadura militar. Depois, vieram mais 25 obras, sempre com o objetivo de “dar voz às mulheres”.

Rose Marie Muraro nasceu no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1930, praticamente cega – não enxergava nada de uma vista, e da outra podia ver apenas 5% –, mas esse era apenas um dos obstáculos que ela acostumou-se a ultrapassar. E com méritos. Na infância, teve septicemia no primeiro ano de vida e, posteriormente, doença reumatóide, tendo que reaprender a andar. Começou a aprender a ler aos 5 anos de idade. Com muita força de vontade, contrariou o médico da família, que disse a sua mãe que a menina “cegueta” deveria deixar a escola. No entanto, ela só foi conhecer perfeitamente o próprio rosto aos 66 anos, depois de uma cirurgia.

Com 15 anos, juntou-se a um dos grupos de Ação Católica Estudantil de Dom Helder Câmara, iniciando sua militância nos movi-



Rose Marie Muraro é reconhecida, oficialmente, pela Câmara dos Deputados, como Patrona do Feminismo Nacional

mentos sociais da Igreja Católica. Nos anos 70, tornou-se uma das pioneiras do movimento feminista do Brasil.

Tornou-se “Patrona do Feminismo Nacional”. A homenagem está registrada na Lei nº 11.261, de 30 de dezembro de 2005, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



## Mundo dá adeus a Betty Friedan

Morreu no dia 4 de fevereiro, aos 85 anos, de insuficiência cardíaca, em sua casa em Washington, a pioneira do feminismo nos Estados Unidos. Betty tornou-se mundialmente famosa em 1963, quando publicou “A Mística Feminina”. Em 1966, fundou a Organização Nacional da Mulher para

lutar pela igualdade de direitos entre os sexos. A feminista é considerada uma das responsáveis por vários aspectos da vida moderna, como a presença feminina em empregos antes considerados masculinos e em atividades como Política e o ingresso nas Forças Armadas.

# Marcha Mundial das Mulheres



Nalu Farias | *Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*

**A** Marcha Mundial das Mulheres é uma articulação do movimento feminista internacional. Em 2005, as ativistas da Marcha lançaram a Carta das Mulheres para a Humanidade e atravessaram fronteiras em todos os continentes. Por onde passou, a Carta fomentou debates, uniu mulheres de países diversos e apresentou o mundo que querem as feministas: sem machismo, sem opressão, uma sociedade baseada nos valores da igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz.

A Marcha é, hoje, expressão das lutas das mulheres trabalhadoras, rurais e urbanas, imigrantes, ativistas dos movimentos populares, sindicais, de defesa dos direitos das lésbicas e das negras, dentre tantas outras.

No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres reúne diferentes grupos, tem ampliado o debate econômico entre as mulheres, favorecido as ações locais de prevenção e combate à violência sexista e fortalecido o movimento com ações de rua.

A Marcha Mundial das Mulheres, neste 8 de março, atuará contra a mercantilização, a vio-

lência e a exploração das mulheres. É um chamado a combater, de forma permanente, a violência machista, racista e homofóbica em todas as suas manifestações, assumindo a luta feminista pela igualdade como objetivo comum na construção de nossas resis-

**“NESTE 8 DE MARÇO, MARCHA ATUARÁ CONTRA A VIOLÊNCIA MACHISTA E A EXPLORAÇÃO DAS MULHERES”**

tências e alternativas à política de mercantilização e guerra. Se somará a campanha “Mulheres dizem não à guerra” convocada por uma organização estadunidense chamada “Code Pink” (Código Rosa) exigindo a retirada das tropas militares do Iraque.

As críticas à política de livre mercado se traduzirão na exigência de tirar dos trilhos a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Também se dará continuidade a denúncia da imposição de controle sobre o corpo das mulheres e a reivindicação de direito à auto-determinação, na qual se insere a luta pela descriminalização e legalização do aborto. Outro tema que terá ênfase será a luta contra a violência doméstica e sexual, que se aprofundou sob o neoliberalismo e sua política conservadora, tanto no âmbito familiar, quanto no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

No dia 8 de março, a Marcha Mundial das Mulheres quer ter uma nova ofensiva na campanha pela valorização do salário mínimo, para, em conjunto com os movimentos que organizaram a Assembléia Popular Mutirão por um Novo Brasil, culminar com uma jornada que vai de 17 de abril a 1º de maio. A reivindicação é dobrar o valor real do salário mínimo e que se aprove ainda este ano, uma lei que defina regras para garantir a recuperação do seu valor.

## Sugestões de Atividades

**Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 45,6% da força de trabalho, mas, em contrapartida, apenas 23% dos cargos de chefia são ocupados por elas.** Com base nessa informação, pesquise em jornais e revistas sobre mulheres que ocupam cargos de chefia no mundo do trabalho e promova um debate na comunidade escolar.

**Entreviste mulheres na sua comunidade que são "arrimo de família", enfocando suas experiências e como conseguiram superar suas dificuldades.** Elabore um mural na escola com os depoimentos.

**Promova um debate na escola sobre o Projeto de Lei a favor da Descriminalização do Aborto.**

Convide para palestra profissionais da área da saúde e representantes de entidades de defesa dos direitos da mulher.

**Pesquise em jornais, revistas e em telenovelas, fatos e fotos que relatem e mostrem o tráfico de mulheres e discuta o assunto com os alunos e alunas na escola.**

Promova debates na escola e com a comunidade sobre a discriminação racial, propondo alternativas para superação do preconceito.

**Pesquise letras de músicas e poemas que falem sobre o preconceito racial. Faça um painel com as letras e os poemas e comentários sobre eles.**

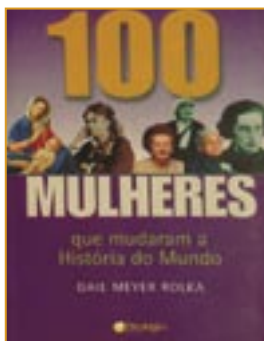
Convide médicos e médicas para palestra sobre o tema "Prevenção e controle do câncer de mama e de colo de útero". Envolve a comunidade.

**Faça um levantamento em sua escola de alunas que são trabalhadoras domésticas, quais as condições de trabalho, suas expectativas de vida e se possuem carteira assinada. Debata o assunto.**

Faça uma análise, nos livros didáticos de sua escola, do papel da mulher e de sua importância na construção da história da nossa sociedade.

**"Em briga de marido e mulher não se mete a colher". Você concorda com essa afirmação? Analise e debata com a comunidade escolar.**

Na Mitologia grega consta que um assaltante chamado Procausto aprisionava os viajantes e os adaptava a uma cama de ferro: se eram pequenos, os alongava; se grandes, os mutilava. Encontramos muitos Procaustos nos mais "ternos" namorados, ansiosos por adaptar sua parceira à própria medida! Discuta com os colegas e relate uma experiência.



## Sugestões de Livros

ROLKA, Gail Mey. **100 Mulheres que mudaram a história do mundo**, Ediouro, 2000.

ESTES, Clarissa. **Mulheres que correm com os lobos**, ROCCO, 1994.

PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**, UNESP, 2004.

EHRHARDT, Ute. **Meninas boazinhas vão para o céu: as más vão à luta**, Editora Objetiva, 1994.

Muraro, Rose Marie. **Os Seis Meses Em Que Fui Homem**, Record, 1993.

CNTE, **Gênero e Educação**, Série Cadernos de educação, nº 4.1996.

Lopes, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**, Ed.Vozes, CNTE.

## Sugestões de Filmes

- Frida
- Sete Mulheres
- Barbarella
- Erin Brockovich
- Uma história Americana
- O Circo
- Sorriso de Monalisa
- O Jardineiro Fiel

## Sugestões de Sites

- [www.sof.org.br/marchamulheres](http://www.sof.org.br/marchamulheres)
- [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)
- [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)
- [www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)
- [www.redemulher.org.br](http://www.redemulher.org.br)
- [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)
- [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)
- [www.mulheresnegras.org.br](http://www.mulheresnegras.org.br)
- [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)
- [www.redesaude.org.br](http://www.redesaude.org.br)
- [www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br)



# Expediente

**Diretoria Executiva**  
2005/2008

**Juçara Maria Dutra Vieira (RS)**  
Presidente

**Raquel Felau Guisoni (SP)**  
Vice-Presidente

**Maria Inez Camargos (MG)**  
Secretária de Finanças

**Roberto Franklin de Leão (SP)**  
Secretário Geral

**Fátima Aparecida da Silva (MS)**  
Secretária de Relações Internacionais

**Heleno Araújo Filho (PE)**  
Secretário de Assuntos Educacionais

**Marlei Fernandes de Carvalho (PR)**  
Secretária de Imprensa e Divulgação

**Rui Oliveira (BA)**  
Secretário de Políticas Sindicais

**Gilmar Soares Ferreira (MT)**  
Secretário de Formação

**Marta Vanelli (SC)**  
Secretária de Organização

**Raimunda Núbia Lopes da Silva (PI)**  
Secretária de Políticas Sociais

**Odisséia Pinto de Carvalho (RJ)**  
Secretária de Relações de Gênero

**Gesa Linhares Corrêa (RJ)**  
Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários

**Milton Canuto de Almeida (AL)**  
Secretário de Legislação

**Rejane Silva de Oliveira (RS)**  
Secretária de Assuntos Jurídicos

**Denilson Bento da Costa (DF)**  
Secretário de Projetos e Cooperação

**Maria Valdecir Abreu de Paula (CE)**  
Secretária de Direitos Humanos

**Joel de Almeida Santos (SE)**  
Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais

**Maria Antonieta da Trindade (PE)**  
Secretária Adjunta de Assuntos Educacionais

**Neiva Inês Lazzarotto (RS)**  
Secretária Adjunta de Políticas Sindicais

**Silvinia Pereira de Sousa Pires (TO)**  
Secretária Adjunta de Políticas Sindicais

**Conselho Fiscal**  
Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)  
Raimunda de Souza Gomes (AM)  
Sérgio Martins da Cunha (SP)  
Miguel Salustiano de Lima (RN)  
Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

CNTE - SDS - Edifício Venâncio III, salas 101/104  
Brasília/DF - CEP 70393-900, Tel.: (61) 3225-1003 - Fax: 3225-2685  
cnte@cnte.org.br - www.cnte.org.br  
Tiragem: 17.000 exemplares

# A VERDADEIRA DÍVIDA É COM A EDUCAÇÃO

## MOVIMENTO PELA CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA



Todos os anos, o Brasil manda milhões de dólares para o exterior para saldar uma dívida ilegítima e impagável. Mas, se esse dinheiro for para a educação, o país poderá oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

Apóie essa idéia e exija que o governo negocie a dívida externa em favor da educação.

Para saber mais, acesse [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)

### Educação x Dívida

Compare os investimentos em Educação frente à dívida externa (em reais)

Valor necessário ao país para o oferecimento de uma educação pública, universal e de qualidade.

Valor da dívida externa brasileira

Valor do Fundef\*

28 bilhões



180 bilhões\*\*

545 bilhões\*\*\*

\*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;  
\*\*Equivalente a 10% do Produto Interno Bruto, conforme proposta do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira;  
\*\*\*Equivalente a US\$ 202,1 bilhões (Fonte: Banco Central).